


AIG Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2017
Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A marca AIG é referência mundial em seguros. São quase 100 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Presente no mercado brasileiro desde 1949, e com um dos mais completos portfólios de produtos do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos.

A AIG Resseguros Brasil S.A., subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil, com capital social de R\$ 90 milhões, com

objetivo de operar no mercado de resseguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, agregando segurança, volume e valor a nossos clientes.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Resseguradora atingiram um volume de R\$ 101,2 milhões no exercício de 2017, 51% maior que o exercício de 2016. No exercício findo de 2017, a Resseguradora apresentou um lucro líquido de R\$ 15,2 milhões, enquanto seu resultado operacional foi de R\$ 21,4 milhões, a variação de R\$ 6,7 milhões no lucro líquido do exercício, se compõe das seguintes formas, aumento de R\$ 8,2 milhões de Prêmio emitido, por uma melhor sinistralidade de R\$ 4,5 milhões e aumento de R\$ 6,7 milhões de resultado financeiro, entre outros.

Distribuição de lucros

Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas

A resseguradora local no segmento de riscos corporativos continua mantendo sua forte disciplina nas políticas de aceitação de risco e gestão de custos. Esta estratégia visa proporcionar o ganho de escala necessário para a melhora do resultado operacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria
Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

Ativo	Em milhares de reais		Passivo e patrimônio líquido	Em milhares de reais	
	2017	2016		2017	2016
Circulante	649.256	708.382	Circulante	548.967	613.846
Disponível	10.995	13.385	Contas a pagar	21.998	12.773
Caixa e bancos (Nota 5)	10.995	13.385	Obrigações a pagar (Nota 11.1)	9.654	6.071
Aplicações financeiras (Nota 6)	147.979	178.293	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)	1.032	696
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	82.469	51.841	Encargos trabalhistas	18	49
Operações com seguradora (Nota 7.3)	71.199	43.148	Impostos e contribuições (Nota 11.3)	8.620	3.310
Operações com resseguradora (Nota 7.5)	10.988	8.693	Outras contas a pagar (Nota 11.4)	2.674	2.647
Outros créditos operacionais	282	-	Débitos de operações com seguros e resseguros	68.584	74.816
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	396.849	464.335	Prêmios a restituir	305	2.531
Títulos e créditos a receber	10.964	528	Operações com resseguradoras (Nota 13)	68.279	72.285
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	10.941	504	Depósitos de terceiros	2.157	880
Outros créditos	23	24	Depósitos de terceiros	2.157	880
Não circulante	18.921	7.248	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	456.228	525.377
Realizável a longo prazo	18.921	7.248	Não circulante	19.066	6.483
Créditos das operações com seguros e resseguros	459	-	Contas a pagar	2.090	1.051
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	459	-	Tributos diferidos (Nota 12)	2.090	1.051
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	16.765	5.093	Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	16.976	5.432
Títulos e créditos a receber	1.697	2.155	Patrimônio líquido	100.144	95.301
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	1.697	2.155	Capital social (Nota 15(a))	90.001	90.001
Total do ativo	668.177	715.630	Reservas de lucros	10.143	5.300
			Total do passivo e patrimônio líquido	668.177	715.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Em milhares de reais			
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
	Legal	Estatutária		
Em 1º de janeiro de 2016	80.001	642	2.630	-
Aumento de Capital de 28.09.2016, aprovado conforme Portaria SUSEP nº 182 publicado em 06.12.2016	10.000	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.561
Constituição de Reserva	-	428	1.600	(2.028)
Dividendos	-	-	-	(2.033)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(4.500)
Em 31 de dezembro de 2016	90.001	1.070	4.230	95.301
Em 1º de janeiro de 2017	90.001	1.070	4.230	95.301
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.256
Constituição de Reserva	-	763	4.080	(4.843)
Dividendos	-	-	-	(3.623)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(6.790)
Em 31 de dezembro de 2017	90.001	1.833	8.310	100.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, complexo JK/Torre E 10º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo/SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A., com 91.435.554 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 91.435.555 ações.

A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.

Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2018.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP e Lei das S.As., e evidenciam todas as informações relevantes próprios das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 22 de dezembro de 2017 foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17, alterando a circular SUSEP nº 517/15 e 521/15, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, instituídas pela Re-

solução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2017.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada, de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A norma será efetiva para o exercício início a partir de 1º de janeiro de 2018, a depender da aprovação e instruções de adoção pela SUSEP.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 - "Arrendamento", essa norma apresentará mudanças que afetarão principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros", essa norma apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos será avaliado após a homologação da SUSEP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Resseguradora.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais, exceto lucro por ação	
	2017	2016
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	101.299	66.920
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	6.452	(9.535)
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	107.751	57.385
Sinistros ocorridos (Nota 18)	3.792	(107.371)
Outras despesas e receitas operacionais	343	(200)
Resultado com retrocessão (Nota 19)	(93.630)	63.878
Despesas administrativas (Nota 20)	(7.083)	(8.673)
Despesas com tributos (Nota 21)	(7.328)	(2.166)
Resultado financeiro (Nota 22)	17.555	9.258
Resultado operacional	21.400	12.111
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	693	(20)
Resultado antes dos impostos e participações	22.093	12.091
Imposto de renda (Nota 23)	(3.759)	(1.960)
Contribuição social (Nota 23)	(3.033)	(1.516)
Participação sobre o Lucro	(45)	(54)
Lucro líquido do exercício	15.256	8.561
Quantidade de ações (Nota 15(a))	91.435.555	91.435.555
Lucro líquido por lote de mil ações	0,17	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais	
	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.256	8.561
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	-	1.072
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(713)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	30.314	(32.479)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(30.374)	3.618
Ativos de resseguro	55.814	14.390
Créditos fiscais e previdenciários	(963)	7.197
Outros ativos	1	47
Impostos e contribuições	6.349	640
Outras contas a pagar	(6.498)	(6.767)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(6.232)	19.906
Depósitos de terceiros	1.277	880
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(57.605)	(25.320)
Caixa gerado/(Consumido) pelas operações	6.626	(8.255)
Impostos sobre os lucros pagos	(9.016)	-
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades operacionais	(2.390)	(8.255)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	10.000
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades de financiamento	-	10.000
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.390)	1.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.385	11.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.995	13.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2 Conversão em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4 Ativos financeiros
(a) Classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Esta é a classificação utilizada pela Resseguradora para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem os demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.5(a)).

(d) Determinação do valor justo dos ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à originação ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessação do mesmo.

2.7 Ativo intangível

O ativo intangível representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Resseguradora não possui Ativos intangíveis.

2.8 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9 Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação
Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11.

Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.10.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da AIG Resseguros prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11, a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na Nota 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.10.2 Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 360/17, CNSP nº 343/16, CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15, Circular SUSEP nº 544/16 e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atu-

ariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Resseguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

Adicionalmente, a Resseguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 561, de 2017 e alterações posteriores, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. O seu cálculo é realizado pelo diferimento da parcela de prêmio de resseguros, estimada ou efetiva, pela sua respectiva vigência, de acordo com o tipo do contrato e base de cessação do mesmo.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente aos contratos já vigentes mas ainda não emitidos, no caso de contratos automáticos, e referente aos riscos já vigentes mas não emitidos, no caso de contratos facultativos. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, Nota 2.10.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o *IBNR* é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (*IBNER*), considerando inclusive aqueles processos cíveis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

(e) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Provisão de IBNR)

O *IBNR* é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Resseguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o *IBNR*.

(f) Custo de aquisição diferida (DAC)

A DAC é constituída pela parcela de comissão de resseguros correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas de outros retrocedentes.

2.10.3 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 561/17, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidas do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos.

Para o teste dos riscos já assumidos, o único aplicável a esta Resseguradora, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.11 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.11.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Nos contratos de resseguro facultativo, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

Nos contratos de resseguro automático o prêmio emitido é apurado da seguinte forma:

- Contratos proporcionais - O prêmio emitido é o valor calculado para cada risco emitido conforme percentual pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.
- Contratos não proporcionais - O prêmio emitido é o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

2.11.2 Receitas instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha

ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide Nota 8.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1 Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

Seguros de Pessoas

- Acidentes Pessoais
- Vida em Grupo
- Propriedade Pessoal

Seguros Corporativos

- Aeronáutico
- Responsabilidade civil geral excedente
- Responsabilidade civil geral
- Propriedade
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transportes
- Contas internacionais
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/15 "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2017	2016
Patrimonial	2	10.688	(1.222)
Riscos especiais	2	(26)	(266)
Responsabilidades	2	11.270	9.195
Transportes	2	744	(4)
Riscos financeiros	2	1.870	(719)
Pessoas coletivos	2	73	179
Rural	2	-	1.570
Pessoas individual	2	-	112
Marítimos	2	3.345	6.009
Aeronáuticos	2	(48)	379
		27.916	15.233

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à Matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro, e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir:

Seguros de Pessoas	Variação	31 de dezembro de 2017			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas atuariais					
Sinistralidade	(20)	-	-	-	-
Sinistralidade	20	-	-	-	-
Câmbio Projetado	(20)	125	208	125	208
Câmbio Projetado	20	(125)	(208)	(125)	(208)
		Bruto de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro

Seguros de Pessoas	Variação	31 de dezembro de 2016			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas atuariais					
Sinistralidade	(20)	10.339	17.232	1.918	3.196
Sinistralidade	20	(10.347)	(17.245)	(1.921)	(3.201)
Câmbio Projetado	(20)	36.074	60.123	2.481	4.135
Câmbio Projetado	20	(36.074)	(60.123)	(2.481)	(4.135)

Seguros de Pessoas	Variação	31 de dezembro de 2016			
		Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
		Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado
Premissas atuariais					
Sinistralidade	(20)	15	25	15	25
Sinistralidade	20	(15)	(25)	(15)	(25)
Câmbio Projetado	(20)	15	25	15	25
Câmbio Projetado	20	(15)	(25)	(15)	(25)

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a taxa de juros contratada das aplicações financeiras:

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2017		
	Valor do investimento na curva	Ajuste da marcação a mercado		Valor do investimento na curva	Ajuste da marcação a mercado	
Fundo soberano (exclusivo)	SELIC, CDI	SELIC, CDI	Títulos renda fixa privados	58.265	(54)	58.211
Títulos em tesouraria (Públicos e Privados)	Pré-fixado, CDI, SELIC, IPCA	Pré-fixado, CDI, SELIC, IPCA	Títulos renda fixa públicos	49.519	234	49.753
Fundo Cambial	Dólar	Dólar	Cotas fundos			
			Exclusivo	57.287	-	57.287
			Mútuo	13.042	-	13.042
Ativos financeiros mantidos para negociação			Total mantido para negociação	178.113	180	178.293
			Movimentação das aplicações financeiras			
				2017	2016	
			Saldo inicial	178.293	145.813	
			Aplicações	129.512	134.002	
			Resgates	(176.948)	(118.399)	
			Rendimento	17.122	16.877	
			Saldo final	147.979	178.293	

7.4 Impairment - Operações com seguradoras

As perdas para *impairment* foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do período. Valores provisionados como perda para *impairment* são baixados (*write-off*) quando não há mais expectativa da administração para a recuperação do ativo financeiro. Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*. A Resseguradora designa os prêmios a receber como *impaired* a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. A movimentação da provisão para *impairment* de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do período	(642)	(451)
Provisões constituídas no período	(52)	(9.533)
Reversão de provisões para <i>impairment</i>	642	9.342
Saldo no final do período	(52)	(642)

7.5 Operações com resseguradora

Grupo de segmento	2017		2016	
	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	-	6.068	(66)	6.002
Responsabilidades	-	64	(1)	63
Riscos financeiros	-	3.051	-	3.051
Marítimos	-	184	-	184
Aeronáuticos	-	1.693	(5)	1.688
Total	-	11.060	(72)	10.988

Grupo de segmento	2016		2016	
	Prêmios efetivos de resseguros	Sinistros	Redução ao valor recuperável	Total
Patrimonial	144	2.712	(12)	2.844
Responsabilidades	-	6	-	6
Riscos financeiros	-	1.348	-	1.348
Outros	-	151	-	151
Marítimos	-	217	-	217
Aeronáuticos	-	4.127	-	4.127
Total	144	8.561	(12)	8.693

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Grupo por segmento	2017		2016		Redução ao valor recuperável	Total	
	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE de resseguros	Comissões de RVNE de resseguros			
Patrimonial	5.886	(430)	2.085	(258)	6.468	(66)	13.685
Riscos especiais	-	-	13	(1)	-	-	12
Responsabilidades	4.183	(1.168)	5.217	(1.783)	89	(6)	6.532
Transportes	2.212	-	-	-	-	-	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.850	(3.218)	3.333	-	54.068
Pessoas coletivos	2	(1)	-	-	-	-	1
Rural	-	364	-	-	-	-	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	184	(47)	2.394
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	1.693	(5)	3.660
Total	90.413	(29.662)	15.913	(5.379)	11.767	(124)	82.928
Circulante							82.469
Não circulante							459

Segmento	2017		2016		Redução ao valor recuperável	Total	
	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios RVNE de resseguros	Comissões de RVNE de resseguros			
Aeronáuticos	2.785	(305)	262	(43)	4.127	-	6.826
Marítimos	3.210	(549)	521	(63)	217	(467)	2.869
Patrimonial	3.852	(1.156)	1.013	(218)	2.712	(82)	6.121
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.447	(446)	6	(94)	3.699
Riscos especiais	151	(33)	62	(9)	-	(11)	160
Riscos financeiros	29.899	(6.186)	10.568	(4.519)	1.518	-	31.280
Rural	-	364	-	-	-	-	364
Outros	-	-	-	-	151	-	151
Transportes	193	-	-	-	-	-	193
Total	44.273	(9.084)	13.873	(5.298)	8.731	(654)	51.841
Ativo circulante							51.841

7.1 Composição da carteira por classe e categoria contábil

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2017
	Ativos não vencidos e não impaired							
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Prêmios a receber resseguro assumido	15.153	23.639	29.265	10.904	11.143	591	(124)	90.571
Comissões efetivas de resseguros	(4.319)	(4.222)	(17.162)	(554)	(3.653)	248	-	(29.662)
Prêmios estimados	15.913	-	-	-	-	-	-	15.913
Comissões estimadas	(5.379)	-	-	-	-	-	-	(5.379)
Sinistros	11.485	-	-	-	-	-	-	11.485
Total	32.853	19.417	12.103	10.350	7.490	839	(124)	82.928

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016
	Ativos não vencidos e não impaired							
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Prêmios a receber resseguro assumido	14.461	24.523	783	805	2.956	744	(643)	43.629
Comissões efetivas de resseguros	(3.470)	(4.322)	(674)	(436)	64	(245)	-	(9.083)
Prêmios estimados	13.873	-	-	-	-	-	-	13.873
Comissões estimadas	(5.298)	-	-	-	-	-	-	(5.298)
Sinistros	8.731	-	-	-	-	-	(11)	8.720
Total	28.297	20.201	109	369	3.020	499	(654)	51.841

7.2 Movimentação das operações de seguros e resseguros

Saldo em 31 de dezembro de 2015	55.459
Prêmios emitidos resseguro assumido	122.745
Prêmios cancelados resseguro assumido	(18.414)
Comissões efetivas de resseguros	2.113
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(101.755)
Prêmios estimados	(8.977)
Oscilação cambial	783
Comissões estimadas	(64)
Sinistros	213
Provisão para riscos sobre créditos	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.841
Prêmios emitidos resseguro assumido	208.576
Prêmios cancelados resseguro assumido	(58.199)

7.3 Operações com seguradoras por segmento

Apresentamos a seguir as operações com seguradoras por segmento:

Grupo por segmento	2017		2016		Redução ao valor recuperável	Total
	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE líquido comissão	Sinistro		
Patrimonial	6.286	(430)	2.085	(258)	-	7.683
Riscos especiais	-	-	13	(1)	-	12
Responsabilidades	4.208	(1.168)	5.217	(1.783)	(5)	6.469
Transportes	2.212	-	-	-	-	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.850	(3.218)	-	50.735
Pessoas coletivos	2	(1)	-	-	-	1
Rural	-	364	-	-	-	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	(47)	2.210
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	-	1.972
Total	90.838	(29.662)	15.913	(5.379)	(52)	71.658

Grupo por segmento	2016		2016		Redução ao valor recuperável	Total
	Prêmios efetivos de resseguros	Comissões efetivas de resseguros	Prêmios - RVNE líquido comissão	Sinistro		
Aeronáuticos	2.785	(305)	219	-	-	2.699
Marítimos	3.210	(549)	458	-	(466)	2.653
Patrimonial	3.708	(1.156)	795	-	(70)	3.277
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.001	-	(94)	3.693
Riscos especiais	151	(33)	53	-	(12)	159
Riscos financeiros	30.069	(6.186)	6.049	-	-	29.932
Rural	-	364	-	-	-	364
Transportes	193	-	-	-	-	193
Total	44.299	(9.084)	8.575	-	(642)	43.148

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2017	2016
Crédito tributário - IRPJ sobre diferenças temporárias	526	253
Crédito tributário - CSLL sobre diferenças temporárias	421	202
Crédito Tributário - PIS e COFINS Diferidos sobre PSL	1.697	2.155
Créditos tributários	2.644	2.610
	2017	2016
Impostos a compensar	977	49
Antecipação IRPJ	4.998	-
Antecipação CSLL	4.019	-
Créditos previdenciários	9.994	49
Total créditos tributários e previdenciários	12.638	2.659

Em 2017 a Resseguradora passou a reconhecer contabilmente PIS e COFINS diferido sobre os saldos contábeis de PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) líquidos dos valores a recuperar junto à Resseguradora - R\$ 1.697 (R\$ 2.155 em 2016). Esta metodologia permite a Resseguradora refletir em sua demonstração contábil os efeitos fiscais futuros decorrentes da dedução dos Sinistros Pagos na base de cálculo do PIS e COFINS sobre faturamento.

	2017	2016
Tributos diferidos - Ativo	2017	2016
Outras provisões não dedutíveis	947	455
Total	947	455

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	Outras provisões não dedutíveis	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
Tributos diferidos ativos			
Saldo em 31 de dezembro 2016	455	-	455
Movimentação	492	-	492
Saldo em 30 de junho de 2017	947	-	947

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores.

9 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2017	2016
Provisões técnicas - resseguradoras (A)	473.204	530.809
Direitos creditórios (i)	33.348	26.723
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PPNG	12.931	9.201
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PSL	319.984	316.823
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	37.376	90.434
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	2.772	743
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PCC	-	21.522
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	406.411	465.446
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	66.793	65.363
Fundos de investimento	31.108	70.329
Títulos de renda fixa	116.871	107.964
Ativos financeiros garantidores (D)	147.979	178.293
Excedente (E=D-C)	81.186	112.930

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão complementar de cobertura	2017	
								Total	Total
Patrimonial	5.325	(1.561)	548	(253)	286.028	5.194	-	295.281	
Riscos especiais	296	(81)	10	(1)	17	74	-	315	
Responsabilidades	47	(1)	3.621	(1.542)	347	578	-	3.050	
Transportes	271	-	-	-	-	1.248	-	1.519	
Riscos financeiros	67.937	(27.922)	7.412	(3.116)	32.376	27.583	-	104.270	
Marítimos	314	-	86	-	1.089	624	-	2.113	
Aeronáuticos	1.807	(198)	498	(15)	2.899	2.075	-	7.066	
Total	75.997	(29.763)	12.175	(4.927)	322.756	37.376	-	413.614	
Ativo circulante								396.849	
Ativo não circulante								16.765	

Segmento	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão complementar de cobertura	2016	
								Total	Total
Patrimonial	7.418	(2.299)	638	(184)	283.903	17.140	-	306.616	
Riscos especiais	1.060	(309)	32	(8)	16	5.768	-	6.559	
Responsabilidades	142	(25)	230	(31)	(32)	1.547	-	1.831	
Transportes	295	-	-	-	-	2.929	-	3.224	
Riscos financeiros	38.696	(14.730)	9.869	(4.153)	31.761	61.654	21.522	144.619	
Pessoas individual	-	-	-	-	-	2	-	2	
Marítimos	119	5	156	-	471	(1.591)	-	(840)	
Aeronáuticos	3.232	(451)	254	(49)	1.446	2.985	-	7.417	
Total	50.962	(17.809)	11.179	(4.425)	317.565	90.434	21.522	469.428	
Ativo circulante								464.335	
Ativo não circulante								5.093	

11 CONTAS A PAGAR

11.1 Obrigações a pagar

	2017	2016
Juros sobre capital próprio	5.771	3.825
Dividendos	3.623	2.033
Participação nos lucros	65	79
Outras obrigações a pagar	195	134
Total	9.654	6.071

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	2017	2016
IRRF fonte	6	9
CSL/PIS/Cofins terceiros	2	5
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.012	675
Imposto sobre serviço	-	1
INSS sobre folha pagamento	9	6
Contribuição para FGTS	3	-
Total	1.032	696

11.3 Impostos e contribuições

	2017	2016
Imposto de renda	3.457	1.219
Contribuição social	2.791	933
Cofins	1.975	995
CIDE - Contribuição	-	2
PIS/PASEP	397	161
Total	8.620	3.310

11.4 Outras contas a pagar

	2017	2016
Contas a pagar	293	250
Custos administrativos pagos por terceiros	2.381	2.397
Total	2.674	2.647

12 TRIBUTOS DIFERIDOS

	2017	2016
Imposto de renda	1.161	584
Contribuição social	929	467
Total	2.090	1.051
Outros ajustes temporários	2.090	1.051
Total	2.090	1.051
A ser realizado até 12 meses	2.090	1.051
A ser realizado após 12 meses	2.090	1.051
Total	2.090	1.051
A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:		
Tributos diferidos passivos	Outros ajustes temporários	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	1.051	1.051
Movimentação	1.039	1.039
Saldo em 30 de junho de 2017	2.090	2.090

Em 2017 a Resseguradora passou a reconhecer passivo fiscal diferido no montante de R\$ 2.090 (R\$ 1.051 em 2016) decorrentes de diferenças temporárias que se tornarão obrigações fiscais no futuro, atendendo aos critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores (Nota 14). As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, sendo 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

13 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS - PASSIVO

	2017	2016
Resseguradoras	68.279	72.285
Resseguro a liquidar resseguradora local	8.420	11.855
Sinistros	7.862	11.149
outros débitos	558	706

2017 2016

	2017	2016
Resseguro a liquidar resseguradora eventual	-	151
Outros débitos	-	151
Retrocessões cedidas	59.859	60.279
Prêmios local	583	325
Efetivos	531	265
Prêmios efetivos	727	719
Comissão sob seguro cedido em retrocessão	(456)	(454)
Outros débitos	260	-
RVNE	52	60
Prêmios RVNE	59	73
Comissões RVNE	(7)	(13)
Ressegurador admitido	59.316	59.921
Efetivos	51.962	52.725
Prêmios efetivos	78.711	71.535
Comissões efetivas	(27.003)	(18.810)
Outros débitos	254	-
RVNE	7.354	7.026
Prêmios RVNE	12.391	11.854
Comissões RVNE	(5.037)	(4.828)
Outros débitos	-	170
Ressegurador eventual	(40)	33
Efetivos	(41)	30
Prêmios efetivos	4	75
Comissões efetivas	(45)	(45)
RVNE	1	3
Prêmios RVNE	1	5
Comissões RVNE	-	(2)

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificadas com *rating* de crédito de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Percentual cedido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	90	A	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Hannover Ruck SE	9	AA-	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	LLOYD'S	1	A	A. M. Best Company
		100		

(*) Parte relacionada

14 PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total	2017		
										Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro	
Patrimonial	10.499	(1.598)	1.236	(165)	293.734	4.139	13.205	-	321.050	21.750	14.944	
Riscos especiais	394	(22)	13	(1)	33	1	72	-	490	13.874	11.933	
Responsabilidades	8.559	(2.629)	5.187	(1.773)	6.275	1.822	7.349	-	24.790	(804)	(754)	
Transportes	329	-	-	-	-	269	3.486	-	4.084	(21.750)	(14.944)	
Riscos financeiros	67.955	(28.111)	7.605	(3.117)	32.341	41	27.563	-	104.277	13.070	11.179	
Pessoas coletivo	-	-	-	-	-	47	393	-	440	15.166	12.450	
Rural	-	-	-	-	137	12	28	-	177	Estimativa de riscos expirados	(388)	(275)
Outros	-	-	-	-	70	4	-	-	74	Reversão da reserva anterior	(13.070)	(11.179)
Marítimos	2.340	(328)	239	(34)	5.116	755	2.619	-	10.707	Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.778	12.175
Aeronáuticos	1.808	(216)	498	(84)	2.949	59	2.101	-	7.115	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	5.125	4.229
Total	91.884	(32.904)	14.778	(5.174)	340.655	7.149	56.816	-	473.204	Saldo em 31 de dezembro de 2015	21.750	14.944
Passivo circulante									456.228	Nova estimativa de contratos emitidos	13.874	11.933
Passivo não circulante									16.976	Estimativa de riscos expirados	(804)	(754)
										Reversão da reserva anterior	(21.750)	(14.944)

Segmento	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total	2016		
										Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro	
Patrimonial	9.569	(2.591)	942	(200)	295.727	2.595	25.507	-	331.549	394.513	379.796	
Riscos especiais	1.419	(105)	62	(9)	33	127	6.814	-	8.341	84.859	66.038	
Responsabilidades	8.324	(2.520)	1.427	(439)	4.358	1.586	10.156	-	22.892	Alterações de estimativa	(2.509)	(2)
Transportes	205	-	-	-	-	225	4.804	-	5.234	Pagamento de sinistros	(83.000)	(73.229)
Riscos financeiros	38.750	(13.830)	9.875	(4.121)	31.749	16	61.662	21.522	145.623	Atualização monetária e juros	(57.141)	(55.038)
Pessoas coletivo	81	(12)	-	-	-	37	310	-	416	Saldo em 31 de dezembro de 2016	336.722	317.565
Rural	-	-	-	-	137	12	28	-	177	Sinistros avisados	54.574	41.201
Outros	-	-	-	-	69	4	-	-	73	Alterações de estimativa	385	229
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	2	-	109	Pagamento de sinistros	(54.165)	(40.511)
Marítimos	3.107	(516)	510	(62)	3.251	666	2.143	-	9.099	Atualização monetária e juros	3.139	4.272
Aeronáuticos	3.232	(489)	254	(43)	1.398	49	2.895	-	7.296	Saldo em 31 de dezembro de 2017	340.655	322.756
Total	64.793	(20.063)	13.070	(4.874)	336.722	5.317	114.321	21.522	530.809	Passivos de contratos de seguro	394.513	379.796
Passivo circulante									456.228	Ativos de contratos de resseguro	84.859	66.038
Passivo não circulante									16.976	Reversão da reserva anterior	(2.509)	(2)

14.1 Movimentações de saldos patrimoniais provisões

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de resseguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro	Custos diferidos de aquisição de contratos assumidos	Custos diferidos de aquisição de contratos cedidos	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Mutação da PPNG	58.177	39.535	13.867	10.758	6.636	1.436
Saldo em 31 de dezembro de 2015	129.095	99.295	35.852	30.227	(6.636)	(1.436)
Novos contratos emitidos	(97.713)	(67.332)	(22.299)	(15.978)	21.522	21.522
Riscos expirados	(24.765)	(20.537)	(7.357)	(7.198)	21.522	21.522
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.794	50.962	20.063	17.809	21.522	21.522
Novos contratos emitidos	209.323	99.295	69.354	65.732	(21.522)	(21.522)
Riscos expirados	(119.900)	(53.723)	(34.062)	(31.353)	-	-
Riscos cancelados/restituídos	(62.333)	(20.537)	(22.451)	(22.425)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.884	75.997	32.904	29.763	-	-

continua...

...continuação
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Resseguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizados no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A tabela 1 demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

Na tabela 2 demonstramos o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

Na tabela 3 está demonstrada a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, na tabela 4, comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

(a) Bruto de resseguro

Tabela 1 - Dezembro						
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Provisões totais para sinistros	8.829	27.997	59.416	488.556	455.954	404.620
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574
Provisões para sinistros	8.576	26.920	58.238	485.922	451.913	401.046

Tabela 2 - Dezembro						
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Sinistros a liquidar	897	3.095	15.241	395.771	337.592	344.231
IBNR	7.678	23.825	42.998	90.151	114.320	56.815
Provisões para sinistros (i,ii)	8.576	26.920	58.238	485.922	451.913	401.046

Provisões reestimadas e valor pago até	Tabela 3 - Dezembro					
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Um ano mais tarde	6.614	26.342	81.021	399.160	376.013	-
Dois anos mais tarde	5.846	29.843	55.398	388.796	-	-
Três anos mais tarde	5.340	17.783	46.553	-	-	-
Quatro anos mais tarde	4.836	15.963	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	4.274	-	-	-	-	-

Sobra (falta) cumulativa	Tabela 4 - Dezembro					
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Sobra (falta) cumulativa	4.302	10.957	11.686	97.126	75.899	-
Sobra (falta) cumulativa %	50,2%	40,7%	20,1%	20,0%	16,8%	-

Tabela 1 - Dezembro						
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Provisões totais para sinistros	2.477	9.034	23.134	45.667	47.954	44.488
(-) Despesa não alocada	253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574
Provisões para sinistros	2.225	7.957	21.956	43.032	43.913	40.915

Tabela 2 - Dezembro						
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Sinistros a liquidar	897	1.919	5.908	15.975	20.027	21.476
IBNR	1.327	6.038	16.048	27.057	23.886	19.439
Provisões para sinistros (i,ii)	2.225	7.957	21.956	43.032	43.913	40.915

Provisões reestimadas e valor pago até	Tabela 3 - Dezembro					
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	33.785	-
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	23.606	-	-
Três anos mais tarde	1.594	4.442	21.812	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.153	4.264	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.174	-	-	-	-	-

Sobra (falta) cumulativa	Tabela 4 - Dezembro					
	Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17
Sobra (falta) cumulativa	1.051	3.693	145	19.426	10.128	-
Sobra (falta) cumulativa %	47,2%	46,4%	0,7%	45,1%	23,1%	-

Por tratar-se de uma Resseguradora ainda em processo de crescimento, a mesma vem ganhando exposição aos poucos e, por este motivo, até anos anteriores não havia histórico de dados suficiente para calcular estimativas atuariais consistentes para reserva, utilizando apenas sua experiência, principalmente por se tratar - em sua essência - de produtos de grandes riscos, onde poucos sinistros podem ser suficientes para consumir toda reserva. A cada período, a exposição aumenta e o histórico passa a ser mais consistente, possibilitando uma diversificação maior do risco, melhor funcionamento do mutualismo da carteira e consequentemente reservas mais assertivas.

15 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 91.435.555 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos seguintes termos:

- Boletim de subscrição I - AIG Seguros Brasil - número de ações subscritas: 91.435.554 ações ordinárias.
- Boletim de subscrição II - American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda. - número de ações subscritas: uma ação ordinária.

(b) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Resseguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, em 2017 houve o pagamento de R\$ 6.790 de juros sobre o capital próprio e R\$ 3.623 referente a dividendos.

16 PRÊMIOS

16.1 Prêmios emitidos

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de resseguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e riscos vigentes não emitidos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	2017		Total	Percentual
			Prêmios - riscos vigentes não emitidos	Total		
Patrimonial	15.378	(1.098)	326	14.606	14	
Riscos especiais	(4)	21	(50)	(33)	-	
Responsabilidades	16.393	(6.408)	3.774	13.759	14	
Transportes	3.086	-	-	3.086	3	
Riscos financeiros	103.824	(38.595)	(2.719)	62.510	62	
Pessoas coletivos	79	(6)	-	73	-	
Marítimos	5.107	(645)	(272)	4.190	4	
Aeronáuticos	3.043	(172)	237	3.108	3	
Total	146.906	(46.903)	1.296	101.299	100	

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	2016		Total	Percentual
			Prêmios - riscos vigentes não emitidos	Total		
Patrimonial	10.246	(2.317)	(9.179)	(1.250)	(2)	
Riscos especiais	1.374	(621)	(209)	544	1	
Responsabilidades	14.612	(4.429)	(827)	9.356	14	
Transportes	830	-	-	830	1	
Riscos financeiros	62.388	(19.355)	1.694	44.727	68	
Pessoas coletivos	293	(101)	(13)	179	-	
Rural	1.548	22	-	1.570	2	
Pessoas individual	112	-	-	112	2	
Marítimos	7.283	(897)	(43)	6.343	9	
Aeronáuticos	5.645	(798)	(338)	4.509	7	
Total	104.331	(28.496)	(8.915)	66.920	100	

16.2 Prêmios ganhos principais ramos de atuação

Segmento	Prêmio ganho	2017	
		Índice de sinistralidade - %	
Patrimonial	12.575	40	
Riscos especiais	956	718	
Responsabilidades	11.176	(20)	
Transportes	2.967	43	
Riscos financeiros	70.473	7	
Pessoas coletivo	142	(82)	
Pessoas individual	112	2	
Marítimos	5.167	(117)	
Aeronáuticos	4.183	(139)	
Total	107.751	4	

Segmento	Prêmio ganho	2016	
		Índice de sinistralidade - %	
Patrimonial	20.824	(64)	
Riscos especiais	2.566	(149)	
Responsabilidades	9.375	117	
Transportes	1.359	(145)	
Riscos financeiros	8.765	(1.257)	
Pessoas coletivo	210	(112)	
Rural	1.828	(55)	
Marítimos	6.956	37	
Aeronáuticos	5.502	175	
Total	57.385	(187)	

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da AIG Resseguros está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	2017	
								Total	
Patrimonial	(370)	(1.629)	288	(43)	(293)	(35)	-	(2.082)	
Riscos especiais	1.030	(83)	-	-	50	(9)	-	988	
Responsabilidades	(214)	109	-	-	(3.761)	1.334	-	(2.532)	
Transportes	(118)	-	-	-	-	-	-	(118)	
Riscos financeiros	(29.106)	14.281	-	-	2.270	(1.003)	21.522	7.964	
Pessoas coletivo	81	(12)	-	-	-	-	-	69	
Pessoas individual	112	-	-	-	-	-	-	112	
Marítimos	921	(188)	-	-	271	(28)	-	976	
Aeronáuticos	1.552	(273)	-	-	(245)	41	-	1.075	
Total	(26.112)	12.205	288	(43)	(1.708)	300	21.522	6.452	

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	2016	
								Total	
Patrimonial	10.463	(2.090)	445	(67)	10.731	(2.168)	4.761	22.075	
Riscos especiais	911	(27)	-	-	218	(37)	957	2.022	
Responsabilidades	(1.348)	618	-	-	995	(246)	-	19	
Transportes	(192)	-	-	-	-	-	721	529	
Riscos financeiros	(21.200)	8.222	-	-	(3.772)	2.310	(21.522)	(35.962)	
Pessoas coletivos	27	(8)	-	-	20	(7)	-	32	
Rural	351	(93)	-	-	-	-	-	258	
Pessoas individual	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)	
Marítimos	469	(97)	-	-	54	(12)	197	611	
Aeronáuticos	913	(262)	-	-	434	(92)	-	993	
Total	(9.718)	6.263	445	(67)	8.680	(252)	(14.886)	(9.535)	

18 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

	2017	2016
Indenizações avisadas	(47.761)	(80.621)
Despesas com sinistros	(6.437)	(2.751)
Salvados	420	-
Ressarcimentos	65	170
Variação da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	57.505	(24.169)
	3.792	(107.371)

19 RESULTADO COM RETROCESSÃO

(a) Composição do resultado com retrocessões

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2017	2016
Indenização de sinistros - recuperação	36.673	65.244
Despesas com sinistros - recuperação	4.757	794
Salvados e ressarcidos	(313)	(170)
Variação da provisão de IBNR	(53.058)	27.341
Receita com retrocessão	(11.941)	93.209
Prêmios cedidos em retrocessão brutos	(116.894)	(75.139)
Comissões	43.508	23.451
Variação das despesas de retrocessão - provisões	(8.303)	22.357
Despesa com retrocessão	(81.689)	(29.331)
Resultado com retrocessão	(93.630)	63.878

continua...

...continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

Segmento	2017		
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	(7.573)	(5.519)	(13.092)
Riscos especiais	(5.694)	(553)	(6.247)
Responsabilidades	(533)	(680)	(1.213)
Transportes	(1.681)	(2.389)	(4.070)
Riscos financeiros	(4.696)	(67.633)	(72.329)
Pessoas individual	(2)	-	(2)
Marítimos	2.834	(739)	2.095
Aeronáuticos	5.404	(4.176)	1.228
Total	(11.941)	(81.689)	(93.630)

Segmento	2016		
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	4.496	(10.432)	(5.936)
Riscos especiais	3.194	(1.592)	1.602
Responsabilidades	(12.631)	(678)	(13.309)
Transportes	359	(693)	(334)
Riscos financeiros	110.496	(10.210)	100.286
Pessoas individual	2	-	2
Marítimos	(3.163)	(635)	(3.798)
Aeronáuticos	(9.544)	(5.091)	(14.635)
Total	93.209	(29.331)	63.878

20 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(759)	(1.626)
Serviços de terceiros	(3.031)	(623)
Localização e funcionamento	(79)	(1.181)
Despesas com publicações	(153)	(166)
Donativos e contribuições	(15)	(21)
Custos rateados	(3.046)	(5.056)
Total	(7.083)	(8.673)

21 DESPESAS COM TRIBUTOS

	2017	2016
Cofins	(5.760)	(942)
Outros Tributos	(49)	(567)
PIS/PASEP	(1.080)	(119)
Taxa de fiscalização	(439)	(538)
Total	(7.328)	(2.166)

22 RESULTADO FINANCEIRO

(a) Receitas financeiras

	2017	2016
Receitas com títulos de renda fixa	13.591	12.067
Oscilação cambial com operações de resseguros	4.471	(61.128)
Quotas de outros fundos de investimento	3.532	4.809
Outras receitas	280	378
Total	21.874	(43.874)

Diretoria

Diretor Presidente
Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Natalia Soares Grisanti
Atuária MIBA - 2162

DIRETORES

Francisco Ignácio Espinoza Concha
Fernando Borges Porelo
Luis Ricardo Souza de Almeida
Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Roseli Midori Kanazawa
Contadora
CRC - 1SP187230/O-8

Comitê de Auditoria

Assizio Aparecido de Oliveira
Josemar Costa Silva
Luiz Pereira de Souza

Relatório Comitê de Auditoria - Dezembro de 2017

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da

AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.

São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, até esta data, em 2017, em dez oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2017, até esta data, o Comitê desenvolveu

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da

AIG Resseguros Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da AIG Resseguros Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da AIG Resseguros Brasil S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos con-

(b) Despesas financeiras

	2017	2016
Oscilação Cambial com operações de resseguros	(3.386)	61.981
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(9)	(5)
Outras despesas	(924)	(8.844)
Total	(4.319)	53.132

Resultado financeiro

17.555 9.258

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2017		2016	
	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	22.093	22.093	12.091	12.091

(-) Juros sobre o capital próprio	(6.790)	(6.790)	(4.500)	(4.500)
(-) Participações	(46)	(46)	(54)	(54)
Resultado base para cálculo dos impostos	15.257	15.257	7.537	7.537
Ajustes temporários	(1.213)	(1.213)	(2.915)	(2.915)
Ajustes permanentes	(91)	(91)	393	42
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	13.953	13.953	5.015	4.664

Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL				
Incentivos Fiscais (Constituição)/Reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	3.456	2.790	1.231	933
Provisão para não realização dos créditos tributários	303	243	729	583
Total de impostos de renda e contribuição social	3.759	3.033	1.960	1.516
Alíquota efetiva	45%	46%		

24 PARTES RELACIONADAS

A administração considera, como partes relacionadas da Resseguradora, a AIG Seguros Brasil S.A., a American Home Assurance Company, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Com a AIG Seguros Brasil S.A. a Resseguradora mantém operações de aceitação de prêmios de resseguros, recuperação de sinistros, despesas de comercialização.

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

	AIG Seguros	American Home
Transações operacionais		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.083)	77.536
Ativo	86.884	11.272
Passivo	(18.639)	(64.483)
Pagamento	20.660	31.829
Recebimento	(72.022)	(9.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800	46.225
Ativo	137.053	71.848
Passivo	(57.998)	(105.585)
Pagamento	38.905	29.923
Recebimento	(91.276)	(60.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.484	(17.910)

	AIG Seguros	AIG property casualty, inc.
Transações administrativas		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.251)	-
Provisão	(5.097)	-
Pagamento	5.951	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.397)	-
Provisão	(1.246)	(2.381)
Pagamento	3.643	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.381)

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2017, o montante de R\$ 1.519 (2016 - R\$ 1.238)

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo de 2017, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R\$ 16 (2016 - R\$ 16).

A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício findo de 2017 totalizou R\$ 135 (2016 - R\$ 187). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício findo de 2017, as contribuições totalizaram R\$ 14 (2016 - R\$ 68).

Em 26 de fevereiro de 2018, as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituído pela AIG Resseguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Assizio Aparecido de Oliveira

Membro do Comitê de Auditoria

Josemar Costa Silva

Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza

Membro do Comitê de Auditoria

suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência SUSEP. O Comitê realizou ainda reunião com a Presidência.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da AIG. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

troles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base nos nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e do nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão quando registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

Assizio Aparecido de Oliveira

Membro do Comitê de Auditoria

Josemar Costa Silva

Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Pereira Souza

Membro do Comitê de Auditoria

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da AIG Resseguros Brasil S.A., para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da AIG Resseguros Brasil S.A.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

	Em Milhares de R\$
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	68.584
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	340.656
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	56.815
Provisão de Despesas Relacionadas/Outras - PDR	7.149
Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)	473.204

continua...

...continuação

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

	Em Milhares de R\$
Valores Redutores de Provisões Técnicas	
Direitos Creditórios	33.348
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	-
Ativos de Retrocessão Redutores	373.063
Total de Redutores (B)	406.411
Total das Provisões Técnicas Líquidas (A-B)	66.793

	Em Milhares de R\$
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA ⁽¹⁾ (a)	100.144
Capital Base (b)	60.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	3.614
Capital de Risco - Crédito (d)	18.144
Capital de Risco - Operacional (e)	1.940
Capital de Risco - Mercado (f)	2.976
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(3.543)
Capital de Risco (h)	23.132
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) = Maior entre (b) e (h)	60.000
Suficiência/Insuficiência do PLA (a) - (i)	40.144
Índice de Suficiência/Insuficiência do PLA em relação ao CMR	66,91%

⁽¹⁾ Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é a conta que resultou de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

	Em Milhares de R\$
Liquidez em Relação ao Capital de Risco	
Provisões a serem Garantidas (a)	66.793
Ativos Garantidores Aceitos (b)	147.979
Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem Garantidas (c) = (b)-(a)	81.186
Capital de Risco ⁽¹⁾ (d)	23.132

Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco ⁽²⁾ (c)/(d)

⁽¹⁾ Capital de Risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

⁽²⁾ Conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e Resolução CNSP nº 360/2017, a liquidez em relação ao CR é caracterizada quando o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, for superior a 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **AIG Resseguros Brasil S.A.** e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido

no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.



GAMA Consultores Associados Ltda.
CNPJ 02.941.736/0001-90

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

CIBA 67
Cesar Luiz Danielli
Atuário, MIBA MTb/RJ 824

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

AIG Resseguros Brasil S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5

RIBPAV ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO S/A

CNPJ/MF nº 09.118.105/0001-14

Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - Valores em R\$ 1,00

Balanço Patrimonial em 31/12/2017 e 2016 - Valores em R\$ 1,00		Demonstração do Resultado do Exercício - Valores em R\$ 1,00		Demonstrações do Fluxo de Caixa - R\$ 1,00	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
ATIVO	5.582.597	7.502.365	24.557.401	27.614.553	1.108.891
Circulante - Total	5.582.597	7.502.365	24.557.401	27.614.553	1.108.891
Caixa e equivalentes	101.384	1.108.891	(5.756.401)	(6.474.714)	109.964
Clientes (nota 3.1)	4.129.762	4.564.544	18.801.000	21.139.839	1.049.670
Estoque (nota 3.2)	985.170	1.176.344	13.303.193	16.482.754	(141.688)
Impostos a recuperar e outros	366.281	652.586	5.497.807	4.657.085	(891.228)
Não Circulante - Total	8.687.747	8.341.436	(=) Lucro líquido	148.202	101.384
Clientes (nota 3.1)	1.642.803	724.868	(=) Despesas Administrativas e Financeiras	148.202	1.108.891
Outros valores	-	-	Despesas com o pessoal	1.535.286	1.676.890
Imobilizado (nota 3.3)	12.929.703	12.679.633	Despesas com veículos	299.415	389.259
(-) Depreciações acumuladas	(5.884.759)	(5.063.065)	Fretes, carros e pedágios	969.431	275.470
Total do Ativo	14.270.344	15.843.801	Outras despesas	371.905	514.707
PASSIVO	14.270.344	15.843.801	(=) Resultado operacional	2.321.768	1.800.759
Circulante - Total	2.991.926	3.729.386	(-) Depreciações	853.670	921.459
Fornecedores	861.362	680.995	(-) Baixa recebíveis e provisões	1.029.322	-
Empréstimos e financiamentos (nota 3.5)	812.131	1.868.042	(-) Despesas financeiras líquidas	281.255	663.873
Pessoal e provisão de férias	608.227	348.136	(=) Resultado antes I.R. e C.S.L.L.	157.522	215.427
Encargos sociais e tributários	608.035	703.855	(-) Imposto de renda e C.S.L.L.	47.557	67.225
Vendas futura entrega	102.171	128.358	(=) Lucro líquido	109.964	148.202
Não Circulante - Total	911.992	1.387.954	Resultado por ação	0,018	0,024
Empréstimos e financiamentos (nota 3.5)	389.193	1.108.665	2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Foram elaboradas em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas e normas emanadas pela legislação brasileira e das normas I.F.R.S. 3. Principais práticas. 3.1. Clientes: Estão avaliados pelos valores Históricos. 3.2. Estoques: Estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção. 3.3. Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzidas as depreciações calculadas e contabilizadas pelo método linear. 3.4. Regime tributário: É pelo lucro real e reconhece as receitas, despesas e custos pelo regime de competência. 3.5. Empréstimos: Contabilizados pelo valor principal acrescidos dos encargos financeiros até a data das presentes Demonstrações Financeiras e em garantia há avais, equipamentos e recebíveis. Empréstimos e Financiamentos		
Encargos tributários	522.800	279.289	Saldo em 31/12/2017	Circulante	Não Circulante
Patrimônio Líquido - Total	10.366.426	10.726.461	Banco Safra S/A	-	-
Capital integralizado (nota 3.6)	8.955.328	8.955.328	Banco Mercedes Benz S/A	42.000	49.076
Reservas de lucros	1.411.098	1.771.133			
Total do Passivo	14.270.344	15.843.801			
Notas Explicativas: Apresentamos aos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, relativas ao exercício findo em 31/12/2017, apresentadas comparativamente com o exercício findo em 31/12/2016. 1. Contexto operacional: A Ribpav é uma Sociedade Anônima, com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto/SP, com objeto de terraplenagem, pavimentação, fábrica de tubos de concreto e usina de C.B.U.Q.					

2R Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 21.382.078/0001-98

Demonstrações Financeiras em 31/12/2017 - Valores em Reais

Balanço Patrimonial		Demonstrativo do Resultado	
	2016	2016	2017
Ativo	16.520.186,09	25.361.714,51	25.361.714,51
Ativo Circulante	5.796,87	13.816,15	13.816,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.796,87	13.816,15	13.816,15
Bancos Contas Movimento	5.796,87	1.667,52	1.667,52
Aplicações Financeiras Curto Prazo	-	12.148,63	12.148,63
Ativo não Circulante	16.514.389,22	25.347.898,36	25.347.898,36
Realizável a Longo Prazo	16.242.088,04	25.120.195,18	25.120.195,18
Investimentos	16.242.088,04	25.120.195,18	25.120.195,18
Imobilizado	272.301,18	227.703,18	227.703,18
Imobilizações	286.015,00	286.015,00	286.015,00
Depreciações/ Amortizações Imobilizado	(13.713,82)	(58.311,82)	(58.311,82)
Notas Explicativas	2016	2017	
(+) Receita Operacional Bruta	8.250,00	12.000,00	
(+) Receita Bruta de Serviços	8.250,00	12.000,00	
(-) Deduções da Receita Bruta	(301,18)	(438,04)	
(-) Cofins sobre Faturamento	(247,50)	(360,00)	
(-) Pis sobre Faturamento	(53,68)	(78,04)	
Balanço Patrimonial	2016	2017	
Passivo	16.520.186,09	25.361.714,51	
Passivo Circulante	205,06	416,01	
Exigível a Curto Prazo	205,06	416,01	
Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	205,06	416,01	
Passivo não Circulante	14.052.966,00	14.099.216,00	
Obrigações a Pagar	14.052.966,00	14.099.216,00	
Debentures a Realizar	14.052.966,00	14.099.216,00	
Patrimônio Líquido	2.467.015,03	11.262.082,50	
Capital Social	500,00	500,00	
Capital Social	500,00	500,00	
Reservas	2.466.515,03	11.261.582,50	
Reservas de Lucros	2.466.515,03	11.261.582,50	
2R Empreendimentos e Participações S/A			
Arlete Chammas Salum - Diretor Presidente - CPF:106.271.828-36			
Prone Assessoria Contábil e Empresarial SS - CRC 2 SP 022.898/O-7			
Neusa Prone Teixeira da Silva - Profissional da Contabilidade			
CRC TC 1 SP 167.164/O-3 - CPF 087.883.158-43.			
(=) Receita Líquida	7.948,82	11.561,96	
(=) Lucro Bruto	7.948,82	11.561,96	
(-) Despesas Comerciais	-	(2.865,00)	
(-) Despesas Administrativas	(15.947,26)	(44.598,00)	
(-) Despesas Tributárias	-	(100,00)	
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	2.927.237,04	11.391.857,14	
(=) Resultado Antes das Receitas/ Despesas Financeiras	2.919.238,60	11.355.856,10	
(+) Receitas Financeiras	-	174,97	
(-) Despesas Financeiras	-	(60.000,00)	
(=) Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	2.919.238,60	11.296.031,07	
(-) Despesas com IRPJ e CSLL	(633,60)	(963,60)	
(=) Lucro Líquido do Exercício	2.918.605,00	11.295.067,47	


AIG Resseguros Brasil S.A.

CNPJ nº 13.525.547/0001-52

www.aig.com.br

Relatório da Administração - Dezembro de 2017
Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, referentes às atividades da AIG Resseguros Brasil S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A marca AIG é referência mundial em seguros. São quase 100 anos de experiência em produtos para pessoas físicas e jurídicas, atendendo a milhões de clientes em mais de 80 países e jurisdições. Sua atuação global permite entender as necessidades dos nossos clientes, respeitando as características de suas culturas locais.

Presente no mercado brasileiro desde 1949, e com um dos mais completos portfólios de produtos do mercado, a AIG orgulha-se de ser líder em diversas linhas e possuir rica experiência em atendimento de sinistros, solidez financeira e ampla expertise em gerenciamento de riscos. A AIG Resseguros Brasil S.A., subsidiária da AIG Seguros Brasil S.A., está estabelecida no Brasil, com capital social de R\$ 90 milhões, com

objetivo de operar no mercado de resseguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do Grupo AIG.

Para fornecer maior capacidade ao mercado segurador brasileiro, desenvolvemos soluções inovadoras com qualidade e compromisso que agem em sinergia com nossos parceiros, agregando segurança, volume e valor a nossos clientes.

Performance econômico-financeira

Em termos de vendas, os prêmios emitidos pela Resseguradora atingiram um volume de R\$ 101,2 milhões no exercício de 2017, 51% maior que o exercício de 2016. No exercício findo de 2017, a Resseguradora apresentou um lucro líquido de R\$ 15,2 milhões, enquanto seu resultado operacional foi de R\$ 21,4 milhões, a variação de R\$ 6,7 milhões no lucro líquido do exercício, se compõe das seguintes formas, aumento de R\$ 8,2 milhões de Prêmio emitido, por uma melhor sinistralidade de R\$ 4,5 milhões e aumento de R\$ 6,7 milhões de resultado financeiro, entre outros.

Distribuição de lucros

Os estatutos da AIG Resseguros Brasil S.A. destinam até 25% para pagamento de dividendos aos acionistas, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Perspectivas

A resseguradora local no segmento de riscos corporativos continua mantendo sua forte disciplina nas políticas de aceitação de risco e gestão de custos. Esta estratégia visa proporcionar o ganho de escala necessário para a melhoria do resultado operacional.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Resseguradora.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

A Diretoria

Balanco Patrimonial - Exercício findo em 31 de Dezembro

Ativo	2017		2016		Passivo e patrimônio líquido	2017		2016	
	Em milhares de reais		Em milhares de reais			Em milhares de reais		Em milhares de reais	
Circulante	649.256	708.382	548.967	613.846	Circulante	548.967	613.846	548.967	613.846
Disponível	10.995	13.385	21.998	12.773	Contas a pagar	21.998	12.773	21.998	12.773
Caixa e bancos (Nota 5)	10.995	13.385	9.654	6.071	Obrigações a pagar (Nota 11.1)	9.654	6.071	9.654	6.071
Aplicações financeiras (Nota 6)	147.979	178.293			Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11.2)	1.032	696	1.032	696
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 7)	82.469	51.841			Encargos trabalhistas	18	49	18	49
Operações com seguradora (Nota 7.3)	71.199	43.148			Impostos e contribuições (Nota 11.3)	8.620	3.310	8.620	3.310
Operações com resseguradora (Nota 7.5)	10.988	8.693			Outras contas a pagar (Nota 11.4)	2.674	2.647	2.674	2.647
Outros créditos operacionais	282	-			Débitos de operações com seguros e resseguros	68.584	74.816	68.584	74.816
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	396.849	464.335			Prêmios a restituir	305	2.531	305	2.531
Títulos e créditos a receber	10.964	528			Operações com resseguradoras (Nota 13)	68.279	72.285	68.279	72.285
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	10.941	504			Depósitos de terceiros	2.157	880	2.157	880
Outros créditos	23	24			Depósitos de terceiros	2.157	880	2.157	880
Não circulante	18.921	7.248			Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	456.228	525.377	456.228	525.377
Realizável a longo prazo	18.921	7.248			Não circulante	19.066	6.483	19.066	6.483
Créditos das operações com seguros e resseguros	459	-			Contas a pagar	2.090	1.051	2.090	1.051
Operações com seguradoras (Nota 7.3)	459	-			Tributos diferidos (Nota 12)	2.090	1.051	2.090	1.051
Ativos de retrocessão - provisões técnicas (Nota 10)	16.765	5.093			Provisões técnicas - resseguradoras (Nota 14)	16.976	5.432	16.976	5.432
Títulos e créditos a receber	1.697	2.155			Patrimônio líquido	100.144	95.301	100.144	95.301
Créditos tributários e previdenciários (Nota 8)	1.697	2.155			Capital social (Nota 15(a))	90.001	90.001	90.001	90.001
Total do ativo	668.177	715.630	Total do passivo e patrimônio líquido	668.177	Reservas de lucros	10.143	5.300	10.143	5.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Em milhares de reais			
	Capital social	Legal	Reservas de lucros Estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados
Em 1º de janeiro de 2016	80.001	642	2.630	-
Aumento de Capital de 28.09.2016, aprovado conforme Portaria SUSEP nº 182 publicado em 06.12.2016	10.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.561
Constituição de Reserva	-	428	1.600	(2.028)
Dividendos	-	-	-	(2.033)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(4.500)
Em 31 de dezembro de 2016	90.001	1.070	4.230	95.301
Em 1º de janeiro de 2017	90.001	1.070	4.230	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.256
Constituição de Reserva	-	763	4.080	(4.843)
Dividendos	-	-	-	(3.623)
Juros sobre capital próprio (Nota 23)	-	-	-	(6.790)
Em 31 de dezembro de 2017	90.001	1.833	8.310	100.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Resseguros Brasil S.A. ("AIG RE" ou "Resseguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, complexo JK/Torre E 10º andar, Vila Nova Conceição - São Paulo/SP e que tem como acionistas a AIG Seguros Brasil S.A., com 91.435.555 ações ordinárias e a American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda., com uma ação ordinária, totalizando 91.435.555 ações.

A Resseguradora tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos.

Em 4 de abril de 2011, através da Portaria SUSEP nº 3.972, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu à AIG Resseguros Brasil S.A. autorização para operar como resseguradora local e homologou na íntegra as deliberações tomadas pelos acionistas na Assembleia de Constituição realizada em 15 de fevereiro de 2011.

As Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2018.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Resseguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP e Lei das S.A.s., e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resseguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros avaliados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo a premissa de continuidade dos negócios da Resseguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Resseguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial.

Em 22 de dezembro de 2017 foi emitida a Circular SUSEP nº 561/17, alterando a circular SUSEP nº 517/15 e 521/15, que dispõe sobre as Normas Contábeis no que se refere ao plano de contas a ser observado pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais, instituídas pela Re-

solução CNSP nº 86, de 3 de setembro de 2002, a partir de 1º de janeiro de 2017.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada, de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A norma será efetiva para o exercício início a partir de 1º de janeiro de 2018, a depender da aprovação e instruções de adoção pela SUSEP.

IFRS 15/CPC 47 - "Reciclação de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Recitas" e correspondentes interpretações.

IFRS 16 - "Arrendamento", essa norma apresentará mudanças que afetarão principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros", essa norma apresentará uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma norma muito mais robusta que a atualmente vigente. A norma substituirá a IFRS 4/CPC 11 - de mesmo nome, e entra em vigor em 1º de janeiro de 2021. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a emissão do normativo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, mais especificamente para o mercado de seguros, a apreciação e aprovação prévia da SUSEP. Os normativos citados anteriormente serão aplicáveis quando homologados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos oriundos da adoção desses normativos será avaliado após a homologação da SUSEP.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Resseguradora.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais, exceto lucro por ação	
	2017	2016
Prêmios emitidos (Nota 16.1)	101.299	66.920
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 17)	6.452	(9.535)
Prêmios ganhos (Nota 16.2)	107.751	57.385
Sinistros ocorridos (Nota 18)	3.792	(107.371)
Outras despesas e receitas operacionais	343	(200)
Resultado com retrocessão (Nota 19)	(93.630)	63.878
Despesas administrativas (Nota 20)	(7.083)	(8.673)
Despesas com tributos (Nota 21)	(7.328)	(2.166)
Resultado financeiro (Nota 22)	17.555	9.258
Resultado operacional	21.400	12.111
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	693	(20)
Resultado antes dos impostos e participações	22.093	12.091
Imposto de renda (Nota 23)	(3.759)	(1.960)
Contribuição social (Nota 23)	(3.033)	(1.516)
Participação sobre o Lucro	(45)	(54)
Lucro líquido do exercício	15.256	8.561
Quantidade de ações (Nota 15(a))	91.435.555	91.435.555
Lucro líquido por lote de mil ações	0,17	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais	
	2017	2016
Atividades operacionais	15.256	8.561
Lucro líquido do exercício	15.256	8.561
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	-	1.072
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(713)	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	30.314	(32.479)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(30.374)	3.618
Ativos de resseguro	55.814	14.390
Créditos fiscais e previdenciários	(963)	7.197
Outros ativos	1	47
Impostos e contribuições	6.349	6.640
Outras contas a pagar	(6.498)	(6.767)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(6.232)	19.906
Depósitos de terceiros	1.277	880
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(57.605)	(25.320)
Caixa gerado/(Consumido) pelas operações	6.626	(8.255)
Impostos sobre os lucros pagos	(9.016)	-
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades operacionais	(2.390)	(8.255)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	10.000
Caixa líquido gerado/(Consumido) nas atividades de financiamento	10.000	10.000
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.390)	1.745
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.385	11.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.995	13.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.2 Conversão em moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Resseguradora.

(b) Conversão e saídos denominados em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem contas bancárias.

2.4 Ativos financeiros
(a) Classificação e mensuração

A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 38 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e quaisquer diferenças entre o valor justo e consideração paga pela Resseguradora para a aquisição do ativo (também conhecida como *day-one profits/losses*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Resseguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Resseguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Resseguradora se torna parte de um contrato) e à baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. A Resseguradora classificou seus ativos financeiros como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

continua...

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para propósito de negociação e ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado na data inicial de sua aquisição. A Resseguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Esta é a classificação utilizada pela Resseguradora para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(c) Recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras, são classificados pela Resseguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio aceito. Os outros recebíveis da Resseguradora compreendem os demais contas a receber. A recuperabilidade de todos os recebíveis são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço (vide Nota 2.5(a)).

(d) Determinação do valor justo dos ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Resseguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

2.5 Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)**(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras)**

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Resseguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Resseguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- Dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor e provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo

A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que um ativo classificado como mantido para negociação está individualmente *impaired*. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando se o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Os ativos registrados como custos de aquisição diferidas de contratos de seguros são avaliados, quanto à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (TAP ou LAT) (vide Política Contábil 2.10.3).

2.6 Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Resseguradora registra como um ativo (custos de aquisições diferidos) os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origemação ou renovação de contratos de resseguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

Esses custos são amortizados de acordo com o tipo de contrato, vigência do risco e base de cessão do mesmo.

2.7 Ativo intangível

O ativo intangível representam ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e que seja provável que existam benefícios econômicos futuros. Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Resseguradora não possui Ativos Intangíveis.

2.8 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Resseguradora não possui passivos financeiros relevantes, e os mesmos possuem vencimento no curto prazo (até 360 dias).

2.9 Contratos de resseguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção inicial do CPC 11, a Resseguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de resseguro e retrocessão com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato. Na data de adoção, a Resseguradora não identificou contratos classificados como "Contratos de investimento" na aplicação inicial do CPC 11.

Os contratos de retrocessão também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. Todos os contratos de retrocessão foram classificados como contratos de resseguro por transferirem risco significativo entre as partes no contrato.

2.10 Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro**2.10.1 Avaliação de ativos de contratos de resseguro**

A política de risco de crédito da AIG Resseguros prova que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguradores são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de retrocessão com os resseguradores. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Resseguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Resseguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11, a Resseguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na Nota 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11. Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.10.2 Passivos de contratos de seguro

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 360/17, CNSP nº 343/16, CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15, Circular SUSEP nº 544/14 e documento de Orientações da Susep ao mercado. Ainda, uma auditoria atuarial independente, com periodicidade anual, é realizada com o objetivo de avaliar os principais procedimentos e cálculos atu-

ariais relacionados a provisões técnicas, operações de cessão, limites de retenção, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital mínimo requerido, dentre outros aspectos que afetam a solvência da Resseguradora. O relatório da auditoria atuarial independente é encaminhado à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial. Adicionalmente, a Resseguradora não identifica situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 561, de 2017 e alterações posteriores, na avaliação de contratos de seguro.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. O seu cálculo é realizado pelo diferimento da parcela de prêmio de resseguros, estimada ou efetiva, pela sua respectiva vigência, de acordo com o tipo do contrato e base de cessão do mesmo.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio de resseguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente aos contratos já vigentes mas ainda não emitidos, no caso de contratos automáticos, e referente aos riscos já vigentes mas não emitidos, no caso de contratos facultativos. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha ocorrência de um sinistro.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT)), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 561/17 e alterações posteriores.

O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, Nota 2.10.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar (IBNER), considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro.

(e) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Provisão de IBNR)

O IBNR é constituído com o objetivo de cobrir os sinistros já ocorridos, porém ainda não avisados e cadastrados na Resseguradora. A metodologia adotada se baseia na análise estatística do desenvolvimento do sinistro, conhecida como "triângulo de *run-off*", desde sua ocorrência até o pagamento. Através dessa análise é possível estimar o sinistro final por cada trimestre de ocorrência de sinistro, sendo a diferença entre o sinistro final e o sinistro já registrado, o IBNR.

(f) Custo de aquisição diferida (DAC)

A DAC é constituída pela parcela de comissão de resseguros correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas de outros retrocedentes.

2.10.3 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 561/17, em cada data de balanço a Resseguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado calculando a diferença entre todos os passivos de contratos de seguro contabilizados permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos custos de aquisição diferidos do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros e o valor presente dos passivos projetados por análises atuariais de fluxo de caixa. Conforme determinação regulatória são realizadas duas análises separadas, sendo uma para riscos aceitos e outra para prêmios futuros. Ainda, a análise de riscos aceitos deve ser segregada entre fluxos de sinistros a ocorrer e fluxos de sinistros ocorridos.

Para o teste dos riscos já assumidos, o único aplicável a esta Resseguradora, não foi constatada insuficiência na totalidade da carteira.

2.11 Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.11.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro
As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

Nos contratos de resseguro facultativo, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.

Nos contratos de resseguro automático o prêmio emitido é apurado da seguinte forma:

- Contratos proporcionais - O prêmio emitido é o valor calculado para cada risco emitido conforme percentual pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do risco.
- Contratos não proporcionais - O prêmio emitido é o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

2.11.2 Receitas instrumentos financeiros

As receitas de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno.

2.12 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Resseguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% a partir de setembro de 2015, anteriormente 15%, em decorrência da Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015 que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros**

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde se aplicam estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada, indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões de administração e atuária da Resseguradora para a definição de provisões atuariais, e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha

ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de resseguro de grandes riscos. A Resseguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os critérios mínimos determinados na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis, vide Nota 8.

4 GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL**4.1 Gestão de risco de seguro****(a) Risco de seguro**

O risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Resseguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Resseguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorre.

A Resseguradora gerencia os contratos de resseguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo Comitê de Crédito. No momento de definir o prêmio de resseguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição a apenas um tipo de negócio.

A Resseguradora efetua a gestão de risco de seguro conforme matriz de riscos previamente definida e com base em contratos que possuem riscos similares ou que são gerenciados em conjunto. Nossa matriz de riscos está distribuída da seguinte forma:

Seguros de Pessoas

- Acidentes Pessoais
- Vida em Grupo
- Propriedade Pessoal

Seguros Corporativos

- Aeronáutico
- Responsabilidade civil geral excidente
- Responsabilidade civil geral
- Propriedade
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transportes
- Contas internacionais
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando o risco de seguro do disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 521/15 "na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois - Sul e Sudeste)":

Grupo por segmento	Região	2017	2016
Patrimonial	2	10.688	(1.222)
Fiscos especiais	2	(26)	(266)
Responsabilidades	2	11.270	9.195
Transportes	2	744	(4)
Riscos financeiros	2	1.870	(719)
Pessoas coletivos	2	73	179
Rural	2	-	1.570
Pessoas individual	2	-	112
Marítimos	2	3.345	6.009
Aeronáuticos	2	(48)	379
		27.916	15.233

(b) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à Matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Resseguradora, contamos ainda com os contratos de retrocessão. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de retrocessão incluem contratos de excesso de danos, quota e coberturas de catástrofe.

(c) Análises de sensibilidade

A Resseguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são testadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da administração da Resseguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro, e consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto, onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir:

Seguros de**Pessoas**

Premissas atuariais	Variação	31 de dezembro de 2017	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistralidade	(20)	25	15
Sinistralidade	20	-	-
Câmbio Projetado	(20)	125	208
Câmbio Projetado	20	(125)	(208)
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro

Seguros Corporativos

Premissas atuariais	Variação	31 de dezembro de 2016	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistralidade	(20)	10.339	17.232
Sinistralidade	20	(10.347)	(17.245)
Câmbio Projetado	(20)	36.074	60.123
Câmbio Projetado	20	(36.074)	(60.123)
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro

Seguros de**Pessoas**

Premissas atuariais	Variação	31 de dezembro de 2016	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistralidade	(20)	15	25
Sinistralidade	20	(15)	(25)
Câmbio Projetado	(20)	15	25
Câmbio Projetado	20	(15)	(25)
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro

continua

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguros Corporativos	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Varição	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Resultado líquido
Premissas atuariais				
Sinistralidade	(20)	7.566	12.611	1.399
Sinistralidade	20	(7.566)	(12.611)	(1.399)
Câmbio Projetado	(20)	37.896	63.160	2.525
Câmbio Projetado	20	(37.897)	(63.161)	(2.525)

Os valores apresentados acima demonstram o quanto o resultado da Resseguradora será afetado por conta das variações propostas. Resultados negativo ou positivo nos testes de sensibilidade acima não refletem diretamente nas provisões da Resseguradora já que, nas provisões da Resseguradora, especificamente as provisões de prêmios, contém uma parcela para cobrir o lucro futuro esperado. Somente seria necessário um aumento das provisões caso o valor presente, para os casos que diminuiriam o resultado da Resseguradora demonstrado nos testes de sensibilidade, fosse maior do que a margem de lucro estimada nas reservas de prêmios.

4.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez

A AIG RE determina em sua política de gestão de riscos, que o risco de liquidez é o risco onde recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. A política de gestão de risco da Resseguradora não possui tolerância ou limites para risco de liquidez e possuímos o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros quando vencidos em suas datas contratuais ou quando os processos de sinistros atenderem todos os critérios exigidos para a pronta liquidação. A Resseguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros. Para mitigar os riscos financeiros significativos a Resseguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura de Asset & Liability Management (ALM).

Abertura por período de formação dos ativos financeiros da Resseguradora estão apresentados nas Notas 6 e 7.

4.3 Gestão de risco de mercado

Entende-se por risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas.

A AIG RE está sujeita a riscos de mercado originados de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado brasileiro, a Resseguradora utiliza algumas estratégias de gestão de riscos para a manutenção da rentabilidade dos seus negócios, margem de juros e risco de liquidez, em níveis determinados conforme sua política de gestão de risco e abordagem (bem como limites operacionais) determinados por nossa Matriz. Adicionalmente, a Resseguradora emite certos contratos de seguros cujos passivos são impactados, ou denominados, em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e subsequentemente nos períodos de liquidação das obrigações originadas destes contratos.

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 requer a divulgação por nível relacionado à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- Input outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).

A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam todos os ativos financeiros detidos pela Resseguradora classificados como mensurados ao valor justo:

Ativos financeiros mantidos para negociação	2017		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Títulos públicos federais	60.396	-	60.396
Títulos privados	-	56.475	56.475
Cotas fundos exclusivos	17.636	-	17.636
Cotas fundos mútuo	13.472	-	13.472
Total mantidos para negociação	91.504	56.475	147.979

Ativos financeiros mantidos para negociação	2016		
	Nível 1	Nível 2	Saldo contábil
Títulos públicos federais	49.753	-	49.753
Títulos privados	-	58.211	58.211
Cotas fundos exclusivos	57.287	-	57.287
Cotas fundos mútuo	13.042	-	13.042
Total mantidos para negociação	120.082	58.211	178.293

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do semestre e sobre o patrimônio líquido da Resseguradora considerando os percentuais de variação abaixo indicados:

Variável financeira	Variação	Em 31 de dezembro de 2017		Em 31 de dezembro de 2016	
		Patrimônio líquido	Resultado líquido	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Taxa de juros	(2)	599	599	1.535	2.558
Taxa de juros	2	(585)	(585)	(1.648)	(2.747)
Câmbio projetado	(20)	(2.331)	(2.331)	2.540	4.233
Câmbio projetado	20	2.331	2.331	(2.540)	(4.233)

Em função da AIG Resseguros classificar os ativos como para negociação, ao realizar a análise de sensibilidade com os ativos da carteira de investimentos na data-base, o impacto direto é refletido integralmente no resultado da Resseguradora. Porém, o patrimônio líquido também sofre um impacto indireto de mesma magnitude.

4.4 Gestão de risco de crédito

Pulverização de risco é a distribuição de um seguro pelo maior número possível de seguradores, realizada por meio de resseguro ou retrocessões, de modo que o risco não venha a constituir, por maior que seja sua importância, perigo iminente para a estabilidade da carteira objeto do seguro. A AIG RE distribui seus riscos em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto-Lei nº 73, de 1966, alterado pela Lei Complementar nº 126, de 2007, e obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 360/17 e alterações posteriores. Adicionalmente, a Resseguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto, a qual segue as políticas da matriz, onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam rating de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A política de aplicações financeiras adotada pela administração da AIG RE estabelece as instituições financeiras com as quais a Resseguradora e suas controladas podem operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Resseguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto rating de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nossa carteira foi pulverizada basicamente entre Resseguradoras admitidas (99%), cujos ratings de crédito estão avaliados em A.

Os ratings considerados pela AIG RE para aceitação da distribuição de seus riscos financeiros foram extraídos de sites de órgãos classificadores, sendo estes: Standard & Pools, Fitch, Moody's e AM Best. Tais classificações também estão disponíveis no site da SUSEP, com as mesmas fontes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos detidos pela Resseguradora distribuídos por rating de crédito. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de estímulos que não possuem rating de crédito individual:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2017						Sem Rating	Saldo contábil
	AAA	AA+	AA-	A	A+	BB		
Ativos financeiros								
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pré-fixados	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	44.927	-	-	-	-	44.927
Privados	-	-	7.172	-	-	-	-	7.172
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	15.469	-	-	-	-	15.469
Privados	12.797	4.557	17.381	-	14.568	-	-	49.303
Cotas fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	17.636	17.636
Mútuo	-	-	-	-	-	-	13.472	13.472
Total instrumentos financeiros	12.797	4.557	84.949		14.568		31.108	147.979

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	31 de dezembro de 2016						Sem Rating	Saldo contábil
	AAA	AA+	AA-	A	A-	BB		
Ativos financeiros								
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pré-fixados	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	29.967	-	29.967
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	-	-	-	19.786	-	19.786
Privados	4.352	10.394	38.717	2.578	1.880	290	-	58.211
Cotas fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	-	-	-	-	-	-	57.287	57.287
Mútuo	-	-	-	-	-	-	13.042	13.042
Total instrumentos financeiros	4.352	10.394	38.717	2.578	1.880	49.753	290	178.293

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

4.5 Gestão de risco de capital

A Resseguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de resseguros e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Resseguradora através da otimização de ambos o nível e diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Resseguradora. Os principais objetivos da Resseguradora em sua gestão de capital são: (a) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP; (b) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte a Resseguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Para o requerimento de capital mínimo, a seguradora segue os dispostos da Resolução CNSP nº 321/2015, 343/2016 e 360/17 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional, capital de risco de subscrição, capital de risco de mercado e capital de risco de crédito.

Consideram-se, para efeito das citadas resoluções, os conceitos a seguir: I - Capital-base: montante fixo de capital no valor de R\$ 60.000, que uma resseguradora local deverá manter, a qualquer momento.

II - Capital adicional: montante variável de capital que a entidade supervisionada deverá manter, a qualquer momento, para poder garantir os riscos inerentes a sua operação, conforme disposto em regulamentação.

Conforme requerido, o patrimônio líquido ajustado para 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Ajustes contábeis		
Patrimônio líquido (+/-)	100.144	95.301
Patrimônio líquido ajustado - subtotal (+/-)	100.144	95.301
Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes associados à variação dos valores econômicos (+/-)	100.144	95.301

	2017	2016
Capital-Base (CB)	60.000	60.000
Capital adicional de subscrição (CAS)	3.614	14.162
Capital adicional risco de crédito	18.144	19.252
Risco de mercado	2.976	2.370
Benefício da diversificação (Redução por Correlação)	(3.542)	(5.667)
Capital adicional de risco operacional (CROPER)	1.940	2.176
Capital de risco (II)	23.132	32.293
Capital mínimo requerido (III)	60.000	60.000
Suficiência de capital (IV)	40.144	35.301
Suficiência de ativos garantidores - vide (nota 24.1)	81.186	112.930
Liquidez em relação ao capital de risco (20% do capital de risco (CR))	5.114	6.399
(-) Excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas superior a 20% capital de risco	76.072	106.531

- (i) De acordo com o Resolução CNSP321/2015, o valor de risco de mercado utilizado até 30 de dezembro de 2017 corresponde a 50% do montante apurado na parcela CRmer.
- (ii) Correspondente à soma do capital adicional de subscrição, mercado, crédito, benefício da diversificação e do capital de risco operacional.
- (iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital-base e o capital de risco.
- (iv) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.
- (v) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido-CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

	2017	2016
5 CAIXA E BANCOS		
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	10.995	13.385
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.995	13.385

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ativos financeiros	31 de dezembro de 2017					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Saldo contábil
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Cotas fundos	-	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	17.636	-	-	-	-	17.636
Cotas de fundos mútuos	13.472	-	-	-	-	13.472
Ativos prefixados	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	4.669	10.557	29.701	-	44.927
Privados	-	-	-	7.172	-	7.172
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	-	9.233	6.236	-	15.469
Privados	-	8.691	14.372	24.238	2.002	49.303
Total ativos financeiros	31.108	13.360	34.162	67.347	2.002	147.979

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

Ativos financeiros	31 de dezembro de 2016					
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Ativos financeiros						
Mantidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Cotas fundos	-	-	-	-	-	-
Exclusivo (*)	57.287	-	-	-	57.287	32
Cotas de fundos mútuos	13.042	-	-	-	13.042	7
Ativos prefixados	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	16.462	-	13.505	29.967	17
Privados	-	-	-	-	-	-
Ativos pós-fixados	-	-	-	-	-	-
Públicos	-	5.573	-	14.213	19.786	11
Privados	-	16.606	19.279	22.326	58.211	33
Total ativos financeiros	70.329	38.641	38.641	50.044	178.293	100

(*) O saldo do fundo exclusivo é composto integralmente por títulos públicos federais com vencimento entre 09/2017 e 09/2021.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a taxa de juros contratada das aplicações financeiras:

	2017		2016		Valor do investimento na curva	Ajuste da marcação a mercado	Valor da marcação a mercado
	SELIC, CDI (Públicos e Privados)	SELIC, CDI (Públicos e Privados)	Pré-fixado, CDI, SELIC, IPCA	Pré-fixado, CDI, SELIC, IPCA			
Fundo soberano (exclusivo)							
Titulos em tesouraria							
Fundo Cambial							
Ativos financeiros mantidos para negociação							
	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016				
	Valor do Investimento na Curva	Ajuste da Marcação a Mercado	Valor da Marcação a Mercado				
Titulos renda fixa privados	56.115	360	56.475				
Titulos renda fixa Públicos	58.894	1.502	60.396				
Cotas fundos							
Exclusivo	17.636	-	17.636				
Mútuo	13.472	-	13.472				
Total mantido para negociação	146.117	1.862	147.979				

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Comissões efetivas de resseguros		Comissões de RVNE de resseguros		Redução ao valor recuperável		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Patrimonial	5.886	(430)	2.085	(258)	6.468	(66)	13.685	(62)	13.623
Riscos especiais	-	-	13	(1)	-	-	12	-	11
Responsabilidades	4.183	(1.168)	5.217	(1.783)	89	(6)	6.532	(6)	6.526
Transportes	2.212	-	-	-	-	-	2.212	-	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.850	(3.218)	3.333	-	54.068	-	54.068
Pessoas coletivos	2	(1)	-	-	-	-	1	-	1
Rural	-	364	-	-	-	-	364	-	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	184	(47)	2.394	(47)	2.347
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	1.693	(5)	3.660	(5)	3.655
Total	90.413	(29.662)	15.913	(5.379)	11.767	(124)	82.928	(124)	82.804

Segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Comissões efetivas de resseguros		Comissões de RVNE de resseguros		Redução ao valor recuperável		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Aeronáuticos	2.785	(305)	262	(43)	4.127	-	6.826	-	6.826
Marítimos	3.210	(549)	521	(63)	217	(467)	2.869	(467)	2.402
Patrimonial	3.852	(1.156)	1.013	(218)	2.712	(82)	6.121	(82)	6.039
Pessoas coletivo	109	(38)	-	-	-	-	71	-	71
Pessoas individual	107	-	-	-	-	-	107	-	107
Responsabilidades	3.967	(1.181)	1.447	(446)	6	(94)	3.699	(94)	3.605
Riscos especiais	151	(33)	62	(9)	-	(11)	160	(11)	149
Riscos financeiros	29.899	(6.186)	10.568	(4.519)	1.518	-	31.280	-	31.280
Rural	-	364	-	-	-	-	364	-	364
Outros	-	-	-	-	-	151	151	-	151
Transportes	193	-	-	-	-	-	193	-	193
Total	44.273	(9.084)	13.873	(5.298)	8.731	(654)	51.841	(654)	51.187

7.1 Composição da carteira por classe e categoria contábil

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2017
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Prêmios a receber resseguro assumido	15.153	23.639	29.265	10.904	11.143	591	(124)	90.571
Comissões efetivas de resseguros	(4.319)	(4.222)	(17.162)	(554)	(3.653)	248	-	(29.662)
Prêmios estimados	15.913	-	-	-	-	-	-	15.913
Comissões estimadas	(5.379)	-	-	-	-	-	-	(5.379)
Sinistros	11.485	-	-	-	-	-	-	11.485
Total	32.853	19.417	12.103	10.350	7.490	839	(124)	82.928

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos vencidos e não impaired						Ativos impaired	Saldo contábil em 31 de dezembro de 2016
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias			
Prêmios a receber resseguro assumido	14.461	24.523	783	805	2.956	744	(643)	43.629
Comissões efetivas de resseguros	(3.470)	(4.322)	(674)	(436)	64	(245)	-	(9.083)
Prêmios estimados	13.873	-	-	-	-	-	-	13.873
Comissões estimadas	(5.298)	-	-	-	-	-	-	(5.298)
Sinistros	8.731	-	-	-	-	-	-	8.731
Total	28.297	20.201	109	369	3.020	499	(654)	51.841

7.2 Movimentação das operações de seguros e resseguros

	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	55.459	(20.578)
Prêmios emitidos resseguro assumido	122.745	(103.954)
Prêmios cancelados resseguro assumido	(18.414)	2.039
Comissões efetivas de resseguros	2.113	(81)
Recebimentos prêmio de resseguro assumido	(101.755)	2.754
Prêmios estimados	(8.977)	530
Oscilação cambial	783	-
Comissões estimadas	(64)	-
Sinistros	213	-
Provisão para riscos sobre créditos	(262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	51.841	(82.928)
Prêmios emitidos resseguro assumido	208.576	-
Prêmios cancelados resseguro assumido	(58.199)	-

7.3 Operações com seguradoras por segmento

Apresentamos a seguir as operações com seguradoras por segmento:

Grupo por segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Comissões efetivas de resseguros		Prêmios - RVNE líquido comissão		Redução ao valor recuperável		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Patrimonial	6.286	(430)	2.085	(258)	6.468	(66)	13.685	(62)	13.623
Riscos especiais	-	-	13	(1)	-	-	12	-	11
Responsabilidades	4.208	(1.168)	5.217	(1.783)	89	(6)	6.532	(6)	6.526
Transportes	2.212	-	-	-	-	-	2.212	-	2.212
Riscos financeiros	74.509	(28.406)	7.850	(3.218)	3.333	-	54.068	-	54.068
Pessoas coletivos	2	(1)	-	-	-	-	1	-	1
Rural	-	364	-	-	-	-	364	-	364
Marítimos	2.342	(299)	249	(35)	184	(47)	2.394	(47)	2.347
Aeronáuticos	1.279	278	499	(84)	1.693	(5)	3.660	(5)	3.655
Total	90.838	(29.662)	15.913	(5.379)	11.767	(124)	82.928	(124)	82.804

7.4 Impairment - Operações com seguradoras

As perdas para impairment foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do período. Valores provisionados como perda para impairment são baixados (write-off) quando não há mais expectativa da administração para a recuperação do ativo financeiro.

Para avaliação de impairment de ativos financeiros classificados nesta categoria a Resseguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de impairment para ativos individualmente significativos. Para o cálculo coletivo de impairment a Resseguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipo de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como Roll Rate Model.

A Resseguradora designa os prêmios a receber como impaired a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A movimentação da provisão para impairment de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2017	2016
Saldo no início do período	(642)	(451)
Provisões constituídas no período	(52)	(9.533)
Reversão de provisões para impairment	642	9.342
Saldo no final do período	(52)	(642)

7.5 Operações com resseguradora

Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Redução ao valor recuperável		Total
	2017	2016	2017	2016	
Patrimonial	-	6.068	(66)	-	6.002
Responsabilidades	-	64	(1)	-	63
Riscos financeiros	-	3.051	-	-	3.051
Marítimos	-	184	-	-	184
Aeronáuticos	-	1.693	(5)	-	1.688
Total	-	11.060	(72)	-	10.988

Grupo de segmento	Prêmios efetivos de resseguros		Redução ao valor recuperável		Total
	2017	2016	2017	2016	
Patrimonial	144	2.712	(12)	-	2.844
Responsabilidades	-	6	-	-	6
Riscos financeiros	-	1.348	-	-	1.348
Outros	-	151	-	-	151
Marítimos	-	217	-	-	217
Aeronáuticos	-	4.127	-	-	4.127
Total	144	8.561	(12)	-	8.693

8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2017	2016
Crédito tributário - IRPJ sobre diferenças temporárias	526	253
Crédito tributário - CSLL sobre diferenças temporárias	421	202
Crédito Tributário - PIS e COFINS Diferidos sobre PSL	1.697	2.155
Créditos tributários	2.644	2.610
Impostos a compensar	977	49
Antecipação IRPJ	4.998	-
Antecipação CSLL	4.019	-
Créditos previdenciários e previdenciários	9.994	49
Total créditos tributários e previdenciários	12.638	2.659

Em 2017 a Resseguradora passou a reconhecer contabilmente PIS e COFINS diferido sobre os saldos contábeis de PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) líquidos dos valores a recuperar junto à Resseguradoras - R\$ 1.697 (R\$ 2.155 em 2016). Esta metodologia permite a Resseguradora refletir em sua demonstração contábil os efeitos fiscais futuros decorrentes da dedução dos Sinistros Pagos na base de cálculo do PIS e COFINS sobre faturamento.

	2017	2016
Tributos diferidos - Ativo	(20.578)	-
Outras provisões não dedutíveis	947	455
Total	947	455

A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

	2017	2016
Tributos diferidos ativos	455	-
Saldo em 31 de dezembro 2016	492	492
Movimentação	492	492
Saldo em 30 de junho de 2017	947	947

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os critérios descritos na circular SUSEP nº 517 e alterações posteriores.

9 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	2017	2016
Provisões técnicas - resseguradoras (A)	473.204	530.809
Direitos creditórios (i)	33.348	26.723
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PNPG	12.931	9.201
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	319.984	316.823
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de IBNR	37.376	90.434
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PDR	2.772	743
Ativos de resseguro/retrocessão redutores de PCC	-	21.522
Total de ativos redutores das necessidades de cobertura (B)	406.411	465.446
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C=A-B)	66.793	65.363
Fundos de investimento	31.108	70.329
Titulos de renda fixa	116.871	107.964
Ativos financeiros garantidores (D)	147.979	178.293
Excedente (E=D-C)	81.186	112.930

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	2017		2016		Sinistros pendentes de pagamento	Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão complementar de cobertura	Total
	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Comissões diferidas	Prêmios de retrocessão diferida - RVNE	Comissões diferidas - RVNE				
Patrimonial	5.325	(1.561)	548	(253)	286.028	5.194	-	295.281
Riscos especiais	296	(81)	10	(1)	17	74	-	315
Responsabilidades	47	(1)	3.621	(1.542)	347	578	-	3.050
Transportes	271	-	-	-	-	1.248	-	1.519
Riscos financeiros	67.937	(27.922)	7.412	(3.116)	32.376	27.583	-	104.270
Marítimos	314	-	86	-	1.089	624	-	2.113
Aeronáuticos	1.807	(198)	498	(15)	2.899	2.075	-	7.066
Total	75.997	(29.763)	12.175	(4.927)	322.756	37.376	-	413.614
Ativo circulante	396.849							
Ativo não circulante	16.765							

11 CONTAS A PAGAR

11.1 Obrigações a pagar

	2017	2016
Juros sobre capital próprio	5.771	3.825
Dividendos	3.623	2.033
Participação nos lucros	65	79
Outras obrigações a pagar	195	134
Total	9.654	6.071

11.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	2017	2016
IRRF fonte	6	9
CSL/PIS/Cofins terceiros	2	5
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.012	675
Imposto sobre serviço	-	1
INSS sobre folha pagamento	9	6
Contribuição para FGTS	3	-
Total	1.032	696

11.3 Impostos e contribuições

	2017	2016
Imposto de renda	3.457	1.219
Contribuição social	2.791	933
Cofins	1.975	995
CIDE - Contribuição PIS/PASEP	397	161
Total	8.620	3.310

11.4 Outras contas a pagar

	2017	2016
Contas a pagar	293	250
Custos administrativos pagos por terceiros	2.381	2.397
Total	2.674	2.647

12 TRIBUTOS DIFERIDOS

	2017	2016
Imposto de renda	1.161	584
Contribuição social	929	467
Total	2.090	1.051

Passivo não circulante

A ser realizado até 12 meses

A ser realizado após 12 meses

	2017	2016
Total	2.090	1.051

A movimentação dos impostos diferidos passivos durante o ano está apresentada na tabela a seguir:

Outros ajustes temporários

	2017	2016
Tributos diferidos passivos	1.051	1.051
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.039	1.039
Movimentação	2.090	2.090
Saldo em 30 de junho de 2017	2.090	2.090

13 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS - PASSIVO

	2017	2016
Resseguradoras	68.279	72.285
Resseguro a liquidar resseguradora local	8.420	11.855
Sinistros	7.862	11.149
Outros débitos	558	706

Resseguro a liquidar resseguradora eventual

Outros débitos

Retrocessões cedidas

Prêmios local efetivos

Prêmios efetivos

Comissão sob seguro cedido em retrocessão

Outros débitos

RVNE

Prêmios RVNE

Comissões RVNE

Ressegurador admitido

Prêmios efetivos

Prêmios efetivos

Comissões efetivas

Outros débitos

RVNE

Prêmios RVNE

Comissões RVNE

Outros débitos

Ressegurador eventual

Prêmios efetivos

Comissões efetivas

RVNE

Prêmios RVNE

Comissões RVNE

Apresentamos a seguir a relação de resseguradoras classificadas com rating de crédito de acordo com as normas da SUSEP para os quais uma parcela do prêmio assumido foi repassado (cedido):

Tipo	Resseguradora	Percentual cedido	Classificação de risco	Agência
Admitida	American Home Assurance Company (*)	90	A	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	Hannover Ruck SE	9	AA-	Standard & Poor's/FITCH
Admitida	LLOYD'S	1	A	A. M. Best Company
		100		

(*) Parte relacionada

14 PROVISÕES TÉCNICAS

Segmento	2017		2016		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão complementar de cobertura	Total	Mutação da DAC-RVNE
	Riscos diferidos efetivos - PPNG	Comissões diferidas efetivas - DAC	Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE				
Patrimonial	10.499	(1.598)	1.236	(165)	293.734	4.139	13.205	321.050
Riscos especiais	394	(22)	13	(1)	33	1	72	490
Responsabilidades	8.559	(2.629)	5.187	(1.773)	6.275	1.822	7.349	24.790
Transportes	329	-	-	-	-	269	3.486	4.084
Riscos financeiros	67.955	(28.111)	7.605	(3.117)	32.341	41	27.563	104.277
Pessoas coletivo	-	-	-	-	-	47	393	440
Rural	-	-	-	-	137	12	28	177
Outros	-	-	-	-	70	4	-	74
Marítimos	2.340	(328)	239	(34)	5.116	755	2.619	10.707
Aeronáuticos	1.808	(216)	498	(84)	2.949	59	2.101	7.115
Total	91.884	(32.904)	14.778	(5.174)	340.655	7.149	56.816	473.204
Passivo circulante	456.228							
Passivo não circulante	16.976							

14.1 Movimentações de saldos patrimoniais provisões

As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de ativos e passivos de contratos de resseguros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Mutação da PPNG	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro	Mutação da DAC	Passivos de contratos de seguro	Ativos de contratos de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.177	39.535		13.867	10.758
Novos contratos emitidos	129.095	99.295	Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.852	30.227
Riscos expirados	(97.713)	(67.332)	Novos contratos emitidos	(22.299)	(15.978)
Riscos cancelados/restituídos	(24.765)	(20.537)	Riscos expirados	(7.357)	(7.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.794	50.962	Saldo em 31 de dezembro de 2016	20.063	17.809
Novos contratos emitidos	209.323	99.295	Novos contratos emitidos	69.354	65.732
Riscos expirados	(119.900)	(53.723)	Riscos expirados	(34.062)	(31.353)
Riscos cancelados/restituídos	(62.333)	(20.537)	Riscos cancelados/restituídos	(22.451)	(22.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	91.884	75.997	Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.904	29.763

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.2 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição

As tabelas a seguir representam as estimativas iniciais efetuadas pela Resseguradora referente às provisões para sinistros e despesas com sinistros, bem como a reestimativa das mesmas, em cada um dos períodos demonstrados (análise conhecida como *calendar year*), as quais refletem o saldo das reservas contabilizadas no período.

A mesma análise é realizada para as provisões Brutas e Líquidas de Resseguro.

A tabela 1 demonstra o saldo contábil das provisões utilizadas nos triângulos de desenvolvimento (Provisões para sinistros), e, da provisão total de sinistros, excluindo o montante referente à reserva para despesas não alocadas ao sinistro.

Na tabela 2 demonstramos o saldo das provisões de sinistros por tipo de provisão (Sinistros a Liquidar e IBNR).

Na tabela 3 está demonstrada a evolução dos valores pagos ou ressarcidos acumulados, somada à evolução do valor das provisões reestimadas para esses mesmos sinistros.

E, na tabela 4, comparamos as reestimativas atuais mais os pagamentos acumulados até o último período com a reserva contabilizada originalmente, sendo que variações são apresentadas em valores e em percentuais.

(a) Bruto de resseguro

Tabela 1 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Provisões totais para sinistros						
8.829	27.997	59.416	488.556	455.954	404.620	
(-) Despesa não alocada						
253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574	
Provisões para sinistros						
8.576	26.920	58.238	485.922	451.913	401.046	

Tabela 2 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Sinistros a liquidar						
897	3.095	15.241	395.771	337.592	344.231	
IBNR						
7.678	23.825	42.998	90.151	114.320	56.815	
Provisões para sinistros (i,ii)						
8.576	26.920	58.238	485.922	451.913	401.046	

Tabela 3 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Provisões reestimadas e valor pago até						
Um ano mais tarde	6.614	26.342	81.021	399.160	376.013	-
Dois anos mais tarde	5.846	29.843	55.398	388.796	-	-
Três anos mais tarde	5.340	17.783	46.553	-	-	-
Quatro anos mais tarde	4.836	15.963	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	4.274	-	-	-	-	-
Sobra (falta) cumulativa						
4.302	10.957	11.686	97.126	75.899	-	
Sobra (falta) cumulativa %						
50,2%	40,7%	20,1%	20,0%	16,8%	-	

Tabela 3 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Provisões reestimadas e valor pago até						
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	33.785	-
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	23.606	-	-
Três anos mais tarde	1.594	4.442	21.812	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.153	4.264	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.174	-	-	-	-	-

Tabela 4 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Sobra (falta) cumulativa						
1.051	3.693	145	19.426	10.128	-	
Sobra (falta) cumulativa %						
47,2%	46,4%	0,7%	45,1%	23,1%	-	

(b) Valores retidos

Tabela 1 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Provisões totais para sinistros						
2.477	9.034	23.134	45.667	47.954	44.488	
(-) Despesa não alocada						
253	1.077	1.178	2.634	4.041	3.574	
Provisões para sinistros						
2.225	7.957	21.956	43.032	43.913	40.915	

Tabela 2 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Sinistros a liquidar						
897	1.919	5.908	15.975	20.027	21.476	
IBNR						
1.327	6.038	16.048	27.057	23.886	19.439	
Provisões para sinistros (i,ii)						
2.225	7.957	21.956	43.032	43.913	40.915	

Tabela 3 - Dezembro						
Dezem- bro/12	Dezem- bro/13	Dezem- bro/14	Dezem- bro/15	Dezem- bro/16	Dezem- bro/17	
Provisões reestimadas e valor pago até						
Um ano mais tarde	2.282	5.905	37.644	28.662	33.785	-
Dois anos mais tarde	1.329	7.901	25.301	23.606	-	-
Três anos mais tarde	1.594	4.442	21.812	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.153	4.264	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.174	-	-	-	-	-

A reserva estatutária é constituída para assegurar à Resseguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, em 2017 houve o pagamento de R\$ 6.790 de juros sobre o capital próprio e R\$ 3.623 referente a dividendos.

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	2017		Percentual
			Prêmios - riscos vigentes não emitidos	Total	
Patrimonial	15.378	(1.098)	326	14.606	14
Riscos especiais	(4)	21	(50)	(33)	14
Responsabilidades	16.393	(6.408)	3.774	13.759	14
Transportes	3.086	-	-	3.086	3
Riscos financeiros	103.824	(38.595)	(2.719)	62.510	62
Pessoas coletivas	79	(6)	-	73	3
Marítimos	5.107	(645)	(272)	4.190	4
Aeronáuticos	3.043	(172)	237	3.108	3
Total	146.906	(46.903)	1.296	101.299	100

Grupo por segmento	Prêmio de resseguro	Comissões	2016		Percentual
			Prêmios - riscos vigentes não emitidos	Total	
Patrimonial	10.246	(2.317)	(9.179)	(1.250)	(2)
Riscos especiais	1.374	(621)	(209)	544	1
Responsabilidades	14.612	(4.429)	(827)	9.356	14
Transportes	830	-	-	830	1
Riscos financeiros	62.388	(19.355)	1.694	44.727	68
Pessoas coletivas	293	(101)	(13)	179	2
Rural	1.548	22	-	1.570	2
Pessoas individual	112	-	-	112	1
Marítimos	7.283	(897)	(43)	6.343	9
Aeronáuticos	5.645	(798)	(338)	4.509	7
Total	104.331	(28.496)	(8.915)	66.920	100

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	2017		Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
			Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita				
Patrimonial	(370)	(1.629)	288	(43)	(293)	(35)	-	(2.082)
Riscos especiais	1.030	(83)	-	-	50	(9)	-	988
Responsabilidades	(214)	109	-	-	(3.761)	1.334	-	(2.532)
Transportes	(118)	-	-	-	-	-	-	(118)
Riscos financeiros	(29.106)	14.281	-	-	2.270	(1.003)	21.522	7.964
Pessoas coletivas	81	(12)	-	-	-	-	-	69
Pessoas individual	112	-	-	-	-	-	-	112
Marítimos	921	(188)	-	-	271	(28)	-	976
Aeronáuticos	1.552	(273)	-	-	(245)	41	-	1.075
Total	(26.112)	12.205	288	(43)	(1.708)	300	21.522	6.452

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	2016		Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
			Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita				
Patrimonial	10.463	(2.090)	445	(67)	10.731	(2.168)	4.761	22.075
Riscos especiais	911	(27)	-	-	218	(37)	957	2.022
Responsabilidades	(1.348)	618	-	-	995	(246)	-	19
Transportes	(192)	-	-	-	-	-	721	529
Riscos financeiros	(21.200)	8.222	-	-	(3.772)	2.310	(21.522)	(35.962)
Pessoas coletivas	27	(8)	-	-	20	(7)	-	32
Rural	351	(93)	-	-	-	-	-	258
Pessoas individual	(112)	-	-	-	-	-	-	(112)
Marítimos	469	(97)	-	-	54	(12)	197	611
Aeronáuticos	913	(262)	-	-	434	(92)	-	993
Total	(9.718)	6.263	445	(67)	8.680	(252)	(14.886)	(9.535)

18 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros ocorridos estão assim compostos:

	2017	2016
Indenizações avisadas	(47.761)	(80.621)
Despesas com sinistros	(6.437)	(2.751)
Salvados	420	-
Ressarcimentos	65	170
Varição da provisão sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	57.505	(24.169)
	3.792	(107.371)

19 RESULTADO COM RETROCESSÃO

(a) Composição do resultado com retrocessões

Demonstramos a seguir a composição do resultado com retrocessões:

	2017	2016
Indenização de sinistros - recuperação	36.673	65.244
Despesas com sinistros - recuperação	4.757	794
Salvados e ressarcidos	(313)	(170)
Varição da provisão de IBNR	(53.058)	27.341
Receita com retrocessão	(11.941)	93.209

15 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 91.435.555 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos seguintes termos:

- Boletim de subscrição I - AIG Seguros Brasil - número de ações subscritas: 91.435.554 ações ordinárias.
- Boletim de subscrição II - American Home Assurance Company Escritório de Representação no Brasil Ltda. - número de ações subscritas: uma ação ordinária.

(b) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, devendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

16.2 Prêmios ganhos principais ramos de atuação

Segmento	Prêmio ganho	2017	
		Índice de sinistralidade - %	
Patrimonial	12.575	40	-
Riscos especiais	956	718	-
Responsabilidades	11.176	(20)	-
Transportes	2.967	43	-
Riscos financeiros	70.473	7	-
Pessoas coletivo	142	(82)	-
Pessoas individual	112	2	-
Marítimos	5.167	(117)	-
Aeronáuticos	4.183	(139)	-
Total	107.751	4	

Segmento	Prêmio ganho	2016	
		Índice de sinistralidade - %	
Patrimonial	20.824	(64)	-
Riscos especiais	2.566	(149)	-
Responsabilidades	9.375	117	-
Transportes	1.359	(145)	-
Riscos financeiros	8.765	(1.257)	-
Pessoas coletivo	210	(112)	-
Rural	1.828	(55)	-
Marítimos	6.956	37	-
Aeronáuticos	5.502	175	-
Total	57.385	(187)	

Para os segmentos que apresentam índice de sinistralidade acima de 100%, a Administração da AIG Resseguros está tomando as medidas para redução desses índices, tal como não renovação de apólices nesse nicho de frequência alta e severidade baixa.

17 VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentam as seguintes variações:

Grupo por segmento	Prêmio diferido - PPNG	Comissões diferidas - PPNG	2017		Prêmios diferidos - RVNE	Comissões diferidas - RVNE	Provisão complementar de cobertura	Total
			Prêmios diferidos - Retrocessão aceita	Comissões diferidas - Retrocessão aceita				
Patrimonial	(370)	(1.629)	288	(43)	(293)	(35)	-	(2.082)
Riscos especiais	1.030	(83)	-	-	50	(9)	-	988
Responsabilidades	(214)	109	-	-	(3.761)	1.334	-	(2.532)
Transportes	(118)	-	-	-	-	-	-	(118)
Riscos financeiros	(29.106)	14.281	-	-	2.270	(1.003)	21.522	7.964
Pessoas coletivas	81	(12)	-	-	-			

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Abertura por segmento

Os valores dos principais grupos estão assim compostos:

Segmento	2017		
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	(7.573)	(5.519)	(13.092)
Riscos especiais	(5.694)	(553)	(6.247)
Responsabilidades	(533)	(680)	(1.213)
Transportes	(1.681)	(2.389)	(4.070)
Riscos financeiros	(4.696)	(67.633)	(72.329)
Pessoas individual	(2)	-	(2)
Marítimos	2.834	(739)	2.095
Aeronáuticos	5.404	(4.176)	1.228
Total	(11.941)	(61.689)	(93.630)

Segmento	2016		
	Receita com retrocessão	Despesa com retrocessão	Resultado com retrocessão
Patrimonial	4.496	(10.432)	(5.936)
Riscos especiais	3.194	(1.592)	1.602
Responsabilidades	(12.631)	(679)	(13.309)
Transportes	359	(693)	(334)
Riscos financeiros	110.496	(10.210)	100.286
Pessoas individual	2	-	2
Marítimos	(3.163)	(635)	(3.798)
Aeronáuticos	(9.544)	(5.091)	(14.635)
Total	93.209	(29.331)	63.878

20 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas com pessoal próprio	(759)	(1.626)
Serviços de terceiros	(3.031)	(623)
Localização e funcionamento	(79)	(1.181)
Despesas com publicações	(153)	(166)
Donativos e contribuições	(15)	(21)
Custos rateados	(3.046)	(5.056)
Total	(7.083)	(8.673)

21 DESPESAS COM TRIBUTOS

	2017	2016
Cofins	(5.760)	(942)
Outros tributos	(49)	(567)
PIS/PASEP	(1.080)	(119)
Taxa de fiscalização	(439)	(538)
Total	(7.328)	(2.166)

22 RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receitas com títulos de renda fixa	13.591	12.067
Oscilação cambial com operações de resseguros	4.471	(61.128)
Quotas de outros fundos de investimento	3.532	4.809
Outras receitas	280	378
Total	21.874	(43.874)

Diretoria

Diretor Presidente
Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Natalia Soares Grisanti
Atuária MIBA - 2162

DIRETORES

Francisco Ignácio Espinoza Concha
Fernando Borges Porelo
Luís Ricardo Souza de Almeida
Fábio Protasio Jorge de Oliveira

Comitê de Auditoria
Assizio Aparecido de Oliveira
Josemar Costa Silva
Luiz Pereira de Souza

Roseli Midori Kanazawa
Contadora
CRC - 1SP167230/O-8

Relatório Comitê de Auditoria - Dezembro de 2017

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da **AIG Seguros Brasil S.A. e AIG Resseguros Brasil S.A.** São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da AIG Seguros Brasil S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e com sua formação homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, composto por três membros indicados e nomeados pela Assembleia Geral, se reuniu, até esta data, em 2017, em dez oportunidades.

O Comitê estende a sua competência à AIG Resseguros Brasil S.A., atuando na condição de Comitê de Auditoria Único para todo o Grupo AIG Seguros ("AIG"), por deliberação da instituição líder do grupo, de acordo com o previsto na regulamentação pertinente. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras da AIG, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua através de reuniões com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros e conduzir análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2017, até esta data, o Comitê desenvolveu

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da **AIG Resseguros Brasil S.A.** São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **AIG Resseguros Brasil S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos con-

	2017	2016
Oscilação Cambial com operações de resseguros	(3.386)	61.981
Juros sobre despesas financeiras de encargos sobre tributos	(9)	(5)
Outras despesas	(924)	(8.844)
Total	(4.319)	53.132
Resultado financeiro	17.555	9.258

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

	2017		2016	
	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	22.093	22.093	12.091	12.091
(-) Juros sobre o capital próprio	(6.790)	(6.790)	(4.500)	(4.500)
(-) Participações	(46)	(46)	(54)	(54)
Resultado base para cálculo dos impostos	15.257	15.257	7.537	7.537
Ajustes temporários	(1.213)	(1.213)	(2.915)	(2.915)
Ajustes permanentes	(91)	(91)	393	42
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	13.953	13.953	5.015	4.664

	2017	2016
Alíquota de 15% de IRPJ mais 10% de adicional federal, e 15% para CSLL	3.456	2.790
Incentivos Fiscais (Constituição)/Reversão de créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	303	243
Provisão para não realização dos créditos tributários	729	583
Total de impostos de renda e contribuição social	3.759	3.033
Alíquota efetiva	45%	46%

24 PARTES RELACIONADAS

A administração considera, da partes relacionadas da Resseguradora, a AIG Seguros Brasil S.A., a American Home Assurance Company, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(a) Com a AIG Seguros Brasil S.A., a Resseguradora mantém operações de aceitação de prêmios de resseguros, recuperação de sinistros, despesas de comercialização.

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

Transações operacionais

	AIG Seguros	American Home
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.083)	77.536
Ativo	86.884	11.272
Passivo	(18.639)	(64.483)
Pagamento	20.660	31.829
Recebimento	(72.022)	(9.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800	46.225
Ativo	137.053	17.848
Passivo	(57.998)	(105.585)
Pagamento	38.905	29.923
Recebimento	(91.276)	(60.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.484	(17.910)

Transações administrativas

	AIG Seguros	AIG property casualty, inc.
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.251)	-
Provisão	(5.097)	-
Pagamento	5.951	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.397)	-
Provisão	(1.246)	(2.381)
Pagamento	3.643	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.381)

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2017, o montante de R\$ 1.519 (2016 - R\$ 1.238)

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo de 2017, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R\$ 16 (2016 - R\$ 16). A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício findo de 2017 totalizou R\$ 135 (2016 - R\$ 187). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício findo de 2017, as contribuições totalizaram R\$ 14 (2016 - R\$ 68).

Em 26 de fevereiro de 2018, as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituído pela AIG Resseguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

	Assizio Aparecido de Oliveira	Josemar Costa Silva
	Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria
	Luiz Pereira Souza	Membro do Comitê de Auditoria

(b) A Resseguradora utiliza parte da estrutura e recursos da AIG Seguros Brasil S.A. para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos acordado entre as partes.

(c) Com a American Home Assurance Company a resseguradora mantém operações de repasse de prêmios de resseguros e recuperação de despesas de comercialização.

	AIG Seguros	American Home
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14.083)	77.536
Ativo	86.884	11.272
Passivo	(18.639)	(64.483)
Pagamento	20.660	31.829
Recebimento	(72.022)	(9.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800	46.225
Ativo	137.053	17.848
Passivo	(57.998)	(105.585)
Pagamento	38.905	29.923
Recebimento	(91.276)	(60.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.484	(17.910)

	AIG Seguros	AIG property casualty, inc.
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.251)	-
Provisão	(5.097)	-
Pagamento	5.951	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.397)	-
Provisão	(1.246)	(2.381)
Pagamento	3.643	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.381)

O total das despesas com remuneração da administração atingiu em 2017, o montante de R\$ 1.519 (2016 - R\$ 1.238)

25 OUTRAS INFORMAÇÕES

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Resseguradora concede benefícios pós-emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Resseguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Resseguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

No exercício findo de 2017, a Resseguradora apurou de reserva de benefícios a empregados o montante de R\$ 16 (2016 - R\$ 16). A Resseguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição no exercício findo de 2017 totalizou R\$ 135 (2016 - R\$ 187). A Resseguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o exercício findo de 2017, as contribuições totalizaram R\$ 14 (2016 - R\$ 68).

Em 26 de fevereiro de 2018, as Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo comitê de auditoria, instituído pela AIG Resseguros Brasil S.A., em cumprimento a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da AIG Seguros Brasil S.A. e da AIG Resseguros Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

	Assizio Aparecido de Oliveira	Josemar Costa Silva
	Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria
	Luiz Pereira Souza	Membro do Comitê de Auditoria

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **AIG Resseguros Brasil S.A.**, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da **AIG Resseguros Brasil S.A.**

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2017

	Em Milhares de R\$
Provisões Técnicas	de R\$
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNP	68.594
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	340.656
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	56.815
Provisão de Despesas Relacionadas/Outras - PDR	7.149
Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)	473.204

continua...

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Valores Redutores de Provisões Técnicas	Em Milhares de R\$	Liquidez em Relação ao Capital de Risco	Em Milhares de R\$
Direitos Creditórios	33.348	Provisões a serem Garantidas (a)	66.793
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	-	Ativos Garantidores Aceitos (b)	147.979
Ativos de Retrocessão Redutores	373.063	Ativos Garantidores Aceitos - Provisões a serem Garantidas (c) = (b)-(a)	81.186
Total de Redutores (B)	406.411	Capital de Risco (d)	23.132
Total das Provisões Técnicas Líquidas (A-B)	66.793	Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (e) (c)/(d)	319,13%
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	Em Milhares de R\$	(h) Capital de Risco obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA ⁽¹⁾ (a)	100.144	(i) Conforme disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e Resolução CNSP nº 360/2017, a liquidez em relação ao CR é caracterizada quando o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, for superior a 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.	
Capital Base (b)	60.000	Outros Assuntos	
Capital de Risco - Subscrição (c)	3.614	No contexto de nossas responsabilidades, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela AIG Resseguros Brasil S.A. e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido	
Capital de Risco - Crédito (d)	18.144		
Capital de Risco - Operacional (e)	1.940		
Capital de Risco - Mercado (f)	2.976		
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(3.543)		
Capital de Risco (h)	23.132		
Capital Mínimo Requerido (CMR) (i) - Maior entre (b) e (h)	60.000		
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a) - (i)	40.144		
Índice de Suficiência/(Insuficiência) do PLA em relação ao CMR	66,91%		

(1) Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é a conta que resultou de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.



MAKE TOMORROW. TODAY
GAMA Consultores Associados Ltda.
CNPJ 02.941.736/0001-90

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.

CIBA 67
Cesar Luiz Danieli
Atuarial, MIBA MTb/RJ 824

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

AIG Resseguros Brasil S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da AIG Resseguros Brasil S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Resseguros Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador
CRC 1SP216397/O-5



A AIG oferece a segurança que o mercado precisa hoje e a inovação que seus clientes demandarão amanhã. São quase 70 anos no Brasil com soluções de seguros para empresas e pessoas e um dos mais completos portfólios de produtos e serviços do país.